



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**



Trabalho de Conclusão de Curso

**O DISTRITO DE MIGUEL BURNIER: DA TERRITORIALIZAÇÃO À
DECADÊNCIA SÓCIO-ESPACIAL**

FERNANDA KAROLINE DAS DORES

**Mariana
2021**

Fernanda Karoline das Dores

**O DISTRITO DE MIGUEL BURNIER: DA TERRITORIALIZAÇÃO À
DECADÊNCIA SÓCIO-ESPACIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Rafael Santiago Mendes.

Mariana
2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

D695o Dores, Fernanda Karoline Das .
O Distrito de Miguel Burnier [manuscrito]: da territorialização à
decadência sócio-espacial. / Fernanda Karoline Das Dores. - 2021.
87 f.: il.: color., tab., mapa.

Orientador: Prof. Me. Rafael Santiago Mendes.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Miguel Burnier (Ouro Preto, MG). 2. Humanidade - Desenvolvimento
- Espaço Social. 3. Mineração - Ouro Preto (MG). I. Mendes, Rafael
Santiago . II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.42



FOLHA DE APROVAÇÃO

Fernanda Karoline das Dores

O distrito de Miguel Burnier: Da territorialização à decadência sócio-espaial

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 16 de abril de 2021

Membros da banca

Mestre - Rafael Santiago Mendes - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Mestre - Alessandra Ribeiro de Souza - Universidade Federal de Ouro Preto
Mestre - Rafaela Bezerra Fernandes - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Doutor - Patrício Pereira Alves de Souza - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/Campus Valença

Rafael Santiago Mendes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 30/06/2021



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Santiago Mendes, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/06/2021, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0188586** e o código CRC **EB296FFC**.

A todas as pessoas que sofrem cotidianamente com os rebatimentos do modo de produção capitalista, em especial a comunidade de Miguel Burnier.

**Ubuntu,
Eu sou porque nós somos!**

AGRADECIMENTOS

“Se o que você está percorrendo é o caminho dos seus verdadeiros sonhos, comprometa se com ele”

Coragem, Paulo Coelho.

Finalizar uma graduação em uma Universidade Pública Federal sempre foi o meu sonho desde criança. É algo profundamente relevante quando eu penso do lugar de onde eu venho; crescida em sub distrito rural onde as expectativas não vão muito além do trabalho realizado no campo e ser a primeira a concluir um curso superior dentro de uma família que não possui o ensino fundamental completo diz muita coisa.

Nem de longe eu poderia imaginar essa trajetória acadêmica da forma que foi, mas nem por um segundo deixo de pensar que deveria ser de outro jeito. Isso reflete sobre os aprendizados, as descobertas, vivências, mudanças, oportunidades e principalmente na caminhada em si.

“Eu sou porque nós somos” e eu fui e sou porque tive uma caminhada coletiva que em muitas ocasiões foram meu alicerce para que eu não desistisse no meio do caminho.

A Deus, Santa Rita de Cássia e Nossa Senhora Aparecida por serem meu amparo nos momentos de desespero e também por serem os responsáveis por me conduzir, fortalecer e oferecer calma para minha alma.

A minha mãe, minha querida mãe Floripes que doou de si cotidianamente para que eu pudesse realizar esse meu sonho, abrindo mão e suportando inúmeras situações para que esse momento pudesse chegar ao fim.

As reflexões apresentadas neste trabalho refletem todo o meu percurso acadêmico, ressalto principalmente todas as relações construídas durante esse processo permeado de muita gente “da maior importância”. Gente que já se foi, gente do meu dia a dia e até mesmo as que ainda não chegaram. De peito aberto, muito obrigada!

A Deise e Aleone, gratidão! Vocês foram os primeiros incentivadores para que eu não desistisse desse sonho, talvez sem as palavras ditas eu teria desistido antes de começar.

A Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP pelo ensino de qualidade e seus servidores pelas contribuições e serviços prestados, em especial os terceirizados.

Aos docentes do DESSO por todo ensinamento adquirido durante esse período, em especial Alessandra Ribeiro, Rafaela Fernandes e Carina de Souza. A cada aula ministrada me senti instigada, motivada e sem dúvidas nenhuma com a certeza de que escolhi o curso certo, além de se tornarem para mim exemplo de profissional.

Aos companheiros e companheiras do 15.2 do Serviço Social da UFOP, companhias diárias do primeiro ao último dia descobrindo ao meu lado cada texto novo, os devaneios da vida, as alegrias e tristezas, a finalização de cada semestre.

Minha panelinha “15.2 sem frescura pra beber” por ser um doce repouso em minha vida, pelos afetos, rocks e também pelos debates sérios ao mesmo tempo descontraídos no nosso amado Snooker.

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis-PRACE, pela primeira oportunidade de contato com a prática. Foram cinco anos de muito aprendizado, reflexões e amadurecimento.

Um agradecimento muito especial para minha querida chefe e amiga Ana Luiza que fez e faz presente em minha vida desde o dia que nos conhecemos, quem me recepcionou com uma brisa leve e que também foi brasa ardente (quando necessário). Que é força, riso solto, luz no dia de quem convive e de uma energia pura que acalmou os dias difíceis de trabalho. Amo você!

As minhas colegas bolsistas e também companheiras de curso que compartilharam todo esse tempo ao meu lado, com muito carinho Simone e Joyce que com muita paciência ouviram meus desabafos e anseios para com a profissão. As Assistentes Sociais do setor que contribuíram para uma formação além da sala de aula; ressalto aqui a delicadeza e paciência da Lucineia, meu primeiro contato profissional responsável por diminuir minhas dúvidas ao realizar meu trabalho. A Valéria por sua autenticidade na forma de atuar que sempre me chamou atenção. Obrigada por me orientar na primeira apresentação no Encontro de Saberes e por ser uma profissional a qual me reconheço futuramente, assim espero! A Camélia, por todas as reflexões compartilhadas e

principalmente pela confiança e disponibilidade em ouvir meus anseios e ideias e a Jacqueline.

A Natália Miranda, minha supervisora de estágio a quem tanto enriqueceu meu percurso. Obrigada pela paciência, disponibilidade, empenho em sempre ser uma profissional melhor, principalmente na supervisão. Foram muitos cafés e risadas que escondiam o desespero dos desmontes que vivenciamos referentes a educação que incidem diretamente na assistência estudantil. Levarei muito de você comigo.

Aos meus amigos da vida que vibram comigo, por mim e me acompanham sempre; Tamara, Josiane, Miriam, Pedro é também de vocês a minha conquista. “Ao amor de minha vida todinha” meu filho Felipe Augusto que chegou em meio a minha trajetória acadêmica mudando meus planos, etapas e que hoje é meu maior incentivador para que eu melhore a cada dia.

A Brenda Viana, minha companheira desde o início dessa saga, mas que nessa fase final de escrita cumpriu um papel muito importante me ouvindo vinte quatro horas por dia falando sobre TCC e sobre as coisas da vida me animando e se fazendo presente. Obrigada!

Ao César Silva por ter chegado na hora certa em minha vida e ter sido "diferente dos iguais". Obrigada por ter sido companheiro, paciente e ter resgatado em mim meu sorriso quando falo do Serviço Social. “Tão longe, tão perto” esse paradoxo que remete muito a distância física a que nos encontramos, mas que ainda representa a linha que me impulsiona a finalizar esse trabalho, não deixando sair “de minha mente” a mulher batalhadora que sou. Obrigada por ter me mostrado na prática o "eu sou por você" que tanto disse.

Ao meu orientador Rafael Mendes, por abraçar esse tema, pela gentileza nas orientações e desorientações, pela sutileza em que conseguiu exigir sempre o máximo de mim ao mesmo tempo que fez com que fosse suave essa fase de escrita. Sua generosidade nos abraços, conversas, orientações em horários “possíveis” entendendo a vida de uma mãe solo universitária e até mesmo dos “puxões de orelha” sempre necessários. Obrigada por todos os momentos de reflexões, pelas aulas e disposição de sempre propor a problematização para enriquecer os debates. Obrigada pela paciência e por acreditar em mim.

Aos professores dessa banca, agradeço por terem aceito o meu convite. Vocês foram essenciais no meu processo de aprendizagem e com muito carinho

o professor Patrício que ainda no meu ensino médio, estimulou com que eu prosseguisse com os estudos.

Por fim, a comunidade de Miguel Burnier estendendo a toda classe trabalhadora que sofre cotidianamente os rebatimentos desse modo de produção capitalista.

O MAIOR TREM DO MUNDO

O maior trem do mundo
leva minha terra
para a Alemanha
leva minha terra
para o Canadá
leva minha terra
para o Japão.

O maior trem do mundo
puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
engatadas geminadas desembestadas
leva meu tempo, minha infância, minha vida
Triturada em 163 vagões de minério e destruição.

O maior trem do mundo
transporta a coisa mínima do mundo,
meu coração itabirano.

Lá vai o trem maior do mundo
vai serpenteando vai sumindo
e um dia, eu sei, não voltará
pois nem terra nem coração existem mais.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso se propõe a entender o espaço social do distrito de Miguel Burnier, Ouro Preto-MG a partir de sua territorialização até os dias atuais onde é possível observar uma decadência da vida social. Para tal, o trabalho utiliza de teóricos da geografia crítica para o desenvolvimento dos conceitos de território e espaço social, entendendo a importância desses para compreender as relações sociais de produção e reprodução da vida e do espaço. Concomitante à perspectiva teórica do materialismo histórico dialético, elaborada por Marx e que compreende a totalidade das relações. A partir disso, busca contextualizar o processo sócio-histórico da ocupação do espaço a partir das atividades relacionadas a atividade mineradora na região de Ouro Preto-MG, delimitando o distrito de Miguel Burnier sob uma análise sócio-espacial para compreender as transformações desencadeadas nesse território e como isso influenciou na formação desse lugar e suas reverberações na atualidade que vem ocasionando seu declínio em termos de vida social.

Palavras-Chaves: Miguel Burnier-MG. Espaço social. Mineração.

ABSTRACT

The present work of completion of course aims to understand the social space of the district of Miguel Burnier, Ouro Preto-MG from its territorialization to the present day where it is possible to observe a decay of social life. To this end, the work uses theorists from critical geography to develop the concepts of territory and social space, understanding the importance of these to understand the social relations of production and reproduction of life and space. Concomitant with the theoretical perspective of historical dialectical materialism, developed by Marx and which comprises the totality of relations. Based on this, it seeks to contextualize the socio-historical process of occupation of space based on activities related to mining activity *In*: the Ouro Preto-MG region, delimiting the district of Miguel Burnier under a socio-spatial analysis to understand the transformations unleashed *In*: this territory and how it influenced the formation of this place and its reverberations *In*: the present time that has been causing its decline *In*: terms of social life.

Keywords: Miguel Burnier-MG. Social space. Mining.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Miguel Burnier (mapa).....	50
Figura 2 – Miguel Burnier (carta).....	51
Figura 3 – Miguel Burnier (entrada).....	733

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ocupação Miguel Burnier (MG).....	499
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFM - Companhia De Fomentos Minerais

CEFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

EFP - Estrada de ferro Dom Pedro II

EMOP - Escola de Minas De Ouro Preto

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMG - Instituto Federal de Ouro Preto

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISS - Impostos sobre serviços

MPM - Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico De Minas Gerais

SINDERFERBASE - Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Ferro e Metais Básicos

SMS - Secretaria Municipal de Ouro Preto

TCLE - Termo de consentimento livre e esclarecido

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. CONCEITUANDO ESPAÇO SOCIAL E TERRITÓRIO	23
1.1 A produção do espaço capitalista e a centralidade do trabalho.....	26
1.2 Processos da acumulação capitalista	31
1.3 Mineração, Ouro Preto-MG e espaço/território.....	40
2. CONTEXTO HISTÓRICO E ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL DE MIGUEL BURNIER, OURO PRETO-MG	45
2.1 A Fábrica Patriótica	49
2.2 A Estação de Miguel Burnier	59
2.3 A Usina Wigg.....	61
2.3.1 Dados sobre as casas dos trabalhadores no período da Usina Wigg	64
2.3.2 O contexto dos trabalhadores.....	66
2.4 Siderúrgica Barra Mansa do Grupo Votorantim.....	69
2.5 Gerdau.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	81

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar o território de Miguel Burnier, distrito do município de Ouro Preto-Minas Gerais, surge de inquietações adquiridas a partir da primeira visita ao local dada durante o Festival Cultural de Miguel Burnier¹ ocorrido no ano de 2011, intermediada pela Sociedade Musical Santaritense² (banda de música a qual faço parte) e também a partir de uma segunda visita realizada com o meu professor orientador, Rafael Santiago Mendes. Concomitante aos debates realizados durante o período de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto-MG, principalmente a partir do desenvolvimento da disciplina de Pesquisa I e II orientada pela Prof. Ms. Alessandra Ribeiro de Souza no ano de 2017 onde foram estimuladas as discussões referentes a pesquisa social.

Miguel Burnier é um espaço constituído por famílias com suas memórias, histórias e afetos como qualquer outra localidade, mas que possui uma especificidade relacionada a territorialização do seu espaço desencadeada pelo início das atividades vinculadas à mineração e que atualmente vem promovendo a morte em termos de vida social no local.

O que chama atenção da relação Miguel Burnier e a mineração é como cotidianamente as mineradoras vêm se apoderando desse território. Diferente dos outros lugares dentro do estado, onde há atividades vinculadas à mineração, neste distrito ela ocorre dentro do mesmo espaço onde a comunidade vive além da ocupação do seu entorno, desencadeando sérios problemas ambientais, sociais, políticos e até paisagísticos.

Minha aproximação com o objeto de estudo se dá devido ao meu crescimento em um subdistrito rural. Cresci em Bandeiras, pertencente ao distrito

¹ Disponível em: <http://projetoestacao.blogspot.com/>. Acesso em 23/04/2021.

² Fundada em 1952, a Sociedade Musical Santaritense é uma instituição sem fins lucrativos que existe com a finalidade de manter uma banda de música, formada por jovens e crianças, bem como uma escola de música onde eles são formados. A instituição apresenta-se constantemente em eventos religiosos e cívicos, na região de Ouro Preto (MG), bem como em encontros, festivais de bandas e concertos por todo o estado de Minas Gerais. Disponível em <https://turismo.ouropreto.mg.gov.br/atrativo/1377>. Acesso em 23/04/2021.

de Ouro Preto denominado Santa Rita de Ouro Preto, onde a maior fonte de renda das famílias vem da extração de Esteatito³.

Esteatito é conhecido popularmente como pedra-sabão e em Santa Rita de Ouro Preto e boa parte da sua região é a principal fonte de renda. Por ser um distrito rural, a agricultura familiar também é responsável pela renda de algumas famílias locais.

O trabalho vinculado a pedra-sabão, foi durante toda a minha infância e metade da adolescência a fonte de renda para suprir as necessidades básicas da minha família. Como o meu interesse desde sempre foi ingressar no ensino superior e aguçada em uma inserção rápida no mercado de trabalho para contribuir com o sustento da minha família e também para que possibilitasse futuramente o custeio das minhas despesas durante a inserção na graduação, busquei capacitação na área da mineração devido a aproximação com essa área de trabalho. Por isso, ingressei no Instituto Federal de Minas Gerais-IFMG, Ouro Preto para cursar o Técnico Integrado em Mineração durante os anos de 2011 a 2014.

Durante a minha formação no instituto, percebi a finalidade dos cursos técnicos que visam a apropriação teórica sem reflexão, somente para qualificar a mão de obra. Refletindo sobre a realidade do meu distrito que sempre possibilitou gerar lucros para os donos de empresas por meio das atividades extrativistas enquanto os trabalhadores que vendiam sua força de trabalho, somente conseguiam suprir suas necessidades básicas, foi possível observar os impactos ocasionados por essa atividade extrativista, sendo eles sempre negativos. O que resta para esses sujeitos trabalhadores além da exploração da

³ A rocha ornamental esteatito/pedra-sabão ocorre numa variedade de ambientes geológicos, e comercialmente está sempre associado a uma série de minerais. O que diferencia o esteatito da pedra sabão é a forma como é apresentada ao mercado. O esteatito é o nome técnico e a pedra-sabão é o nome comercial. Popularmente e internacionalmente é chamado pedra-sabão pela própria característica saponácea da rocha. O esteatito ou pedra-sabão é produto de reações ativadas por altas temperaturas e pressões. Esta rocha na região de Ouro Preto é composta em grande parte de talco e sua aplicação vai de cosmético até lareira, dependendo da sua formação geológica e também do beneficiamento do mesmo. Disponível em: https://artigos.entmme.org/download/2009/rochas_ornamentais/2095%20-%20Rita%20C.P.%20Santos_Wilson%20T.%20Sousa_Hernani%20M.%20Lima%20-%20ESTUDO%20DA%20PEDRA-SAB%C3%83O%20NA%20REGI%C3%83O%20DE%20OURO%20PRETO%20-%20MG.pdf. Acesso em 23/04/2021.

sua força de trabalho, a susceptibilidade à inúmeras doenças, bem como a degradação da fauna e flora do local.

O primeiro contato com Miguel Burnier se deu no momento em que eu ainda cursava mineração e durante essa visita foi possível observar condições de vida sobremaneira mais degradantes do que a minha de origem. Além da destruição dos recursos naturais, patrimônios e afins que a atividade mineradora desencadeia no local, Miguel Burnier vem se transformando em uma cidade fantasma provocada pelo mesmo impulsionador da sua territorialização.

Diante do exposto o objetivo geral do estudo se propôs compreender seu processo de territorialização por meio de uma perspectiva crítica que compreenda a ocupação do distrito e as relações sociais de produção e reprodução estabelecidas nesse espaço social e que vem desencadeando sua decadência social.

Os objetivos específicos da pesquisa buscam entender os impactos ocasionados desde o processo de territorialização até a decadência social na atualidade para a comunidade local do distrito.

Como forma de alcançar ao que foi proposto, a pesquisa se deu por meio de uma pesquisa qualitativa e como explica Minayo (2009):

Pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esses fenômenos humanos são entendidos como realidade social; vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2009, p. 21).

Na abordagem qualitativa não há uma grande preocupação em descrever fenômenos recorrentes, mas sim se aprofundar no mundo dos significados que não é visível, mas em primeira instância é interpretado pelo pesquisador. (MINAYO, 2009, p. 22).

Referente aos objetivos específicos a pesquisa se configurou a partir do método descritivo e explicativo, pois como define Gil (2008, p. 28), pesquisa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” e explicativa; “pois identifica fatores que determinam a ocorrência de fenômenos.” Compreendendo que a partir desse método seria possível descrever as características dessa população e também por possibilitar compreender os fatores que contribuem com a especificidade com o local.

Visando a aproximação com a comunidade como forma de apreender como a população enxerga o espaço social e suas nuances, é necessário o desenvolvimento do estudo de campo. Conforme definido por (Minayo, 2009, p. 32), o estudo utilizaria entrevistas semiestruturadas pois são “combinações entre perguntas fechadas e abertas com a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada”, pois conforme a definição, essa metodologia permite que os participantes da pesquisa discorram livremente a partir de perguntas pré-definidas. Ademais, seria realizadas gravações consentidas pelos participantes e também preenchimento do termo de consentimento livre e esclarecido-TCLE.

Enquanto abordagem teórica, é feito o uso do materialismo histórico dialético e como conceitua (Minayo, 2009, p. 24); considera a historicidade dos processos sociais, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais. Esse método utiliza a dialética que analisa os contextos históricos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais.

A inserção na disciplina de Trabalho de Conclusão I se deu durante o primeiro semestre de 2018 e durante a inserção na disciplina de Trabalho de Conclusão II, houve o nascimento do meu filho que alterou de forma significativa os rumos da minha vida bem como os dessa pesquisa. Posterior a essa alteração que se deu em minha vida pessoal, em dezembro de 2019 surge na China a pandemia da doença causa pelo vírus da Coronavírus-Covid 19, que impactou drasticamente a vida da população à nível mundial.⁴

Devido a minha particularidade e também às mudanças ocasionadas devido a essa pandemia a organização da pesquisa levou outra conformação. Levando em conta a impossibilidade de acesso ao local para realização de pesquisa de campo, somadas aos fechamentos das universidades e suas bibliotecas, a pesquisa se realizou por meio de análises bibliográficas de livros, teses de doutorados, dissertações de mestrados, trabalhos de conclusão de curso, artigos, reportagens, sites de notícias que apresentam discussões referentes ao que foi debatido nesse trabalho, com o intuito de responder ao

⁴ Informação acessada a partir do artigo: *Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI*. Disponível em <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/07/1103209/2020_p-028.pdf>. Acesso em 23/04/2021.

objetivo geral proposto. Ao que se refere aos objetivos específicos, realizou-se uma análise das mudanças ocorridas no espaço social do distrito e também reflexões sobre o processo de ocupação do território desencadeando posteriormente sua decadência social e como isso reverbera na comunidade.

A pesquisa se organizou por meio de dois capítulos e para início da apropriação do tema, o primeiro capítulo apresenta a conceituação de espaço social e território, por meio dos estudos de teóricos da geografia crítica⁵: Souza (1995; 2013), Santos (1978; 1994; 2001; 2006; 2008), Harvey (1989;2006), Silva e Saquet (2008) que denotam espaço a partir de uma totalidade que perpassam as relações sociais. Conforme citação de Santos (1978):

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções. (SANTOS, 1978, p. 122).

Além da conceituação de espaço faz-se necessária a definição de território e como Santos (1978) evidencia – “a utilização do território pelo povo cria o espaço” e além disso entender esse conceito além de uma área delimitada, considerando que ali constitui-se atores e relações sociais. Conforme abordado por Silva e Saquet (2008):

É importante notar que, se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na geografia, estaríamos desconsiderando diferentes formas de enfocar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise

⁵ Geografia crítica compõe o movimento de renovação do pensamento geográfico. Seu período de emergência se dá no ano de 1970, sendo a corrente que contém o discurso mais politizado. E ainda se difere de outras correntes críticas como a geografia cultural e geografia da percepção. Conforme enunciado por (MORAES/D, p. 42):

“Esta denominação advém de uma postura crítica radical, frente à Geografia existente (seja a Tradicional ou a Pragmática), a qual será levada ao nível de ruptura com o pensamento anterior. Porém, o designativo de crítica diz respeito, principalmente, a uma postura frente à realidade, frente à ordem constituída. São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem”. MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia pequena história crítica. 20ª Edição. S/N. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/3-Moraes,%20A.C.R.%20Geografia_Pequena_historia_critica.pdf. Acesso em: 24/04/2021.

que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais. (SILVA e SAQUET, 2008, p. 8).

No debate de território desenvolvido por esses autores, apresenta-se a partir da contribuição de Marcelo Souza no livro *Conceitos e Temas* (1995, p. 78), a importância da relação de poder para compreender a gênese de um território. Para ele é importante considerar aspectos relacionados à definição e a delimitação de relações de poder inseridos dentro de um espaço pois:

A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. (SOUZA, 1995, p. 78).

e sim as relações que se formam a partir de quem controla esse território por meio do poder.

O tópico 1.1 e 1.2 discutem sobre a produção do espaço capitalista e a centralidade do trabalho juntamente com os processos de acumulação capitalista, entendendo que a produção e a reprodução social se formulam a partir do modo de produção a qual se encontram inserido e que tal fato interfere diretamente nos processos de trabalho e que moldam e são moldados a partir da produção do espaço.

O tópico 1.3 apresenta uma análise sobre a ocupação do espaço/território da cidade de Ouro Preto-Mg sob os moldes da atividade mineral a fim de contextualizar esse processo dando ênfase na questão sócio-histórica como forma de situar o distrito de Miguel Burnier durante esse período e possibilitar a análise desse território.

Conforme dito anteriormente, o presente trabalho foi organizado a partir da crítica da economia política entendendo a necessidade de uma metodologia que possibilitasse a apreensão do real, como Netto (2012, p. 38) elenca em seu texto a partir da ênfase feita por Lênin; “o objeto da Economia Política não é simplesmente a ‘produção’, mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção”. (NETTO, 2012, p. 38).

Somada a essa abordagem, o texto utiliza da análise de Marx (2011, p. 43) onde compreende o trabalho enquanto categoria central e fundamental para compreensão das relações sociais da história da humanidade, de forma que a partir de sua apreensão é possível capturar as dimensões ontológicas do ser em

sua totalidade, com mediações e determinações, reconhecendo singularidades e universalidades. E assim, a partir do trabalho, o homem se transforma em ser social por meio da realização do trabalho social e que implica no surgimento do espaço social.

Na sequência desse capítulo, apresenta-se subdivisões contextualizando sobre as instalações construídas em Miguel Burnier como a Fábrica Patriótica, Usina Wigg e alguns dados relevantes sobre o contexto dos trabalhadores, dados das casas dos trabalhadores no período da Usina Wigg, a Siderúrgica Barra Mansa e a Gerdau sob uma perspectiva de análise sócio-histórica.

Como esse trabalho de conclusão de curso é parte integrante para a formação em Serviço Social, o estudo realizado possui relevância quando se pensa no fazer profissional, bem como os sujeitos nela envolvidos. Por isso a aproximação com a temática de territórios é importante por permitir conhecer demandas da população inserida em um determinado território e também proporcionar visibilidade em relação as nuances vivenciadas, além de contribuir com a implementação de políticas públicas que de fato respondam as questões desses sujeitos.

1 CONCEITUANDO ESPAÇO SOCIAL E TERRITÓRIO

Esse capítulo tem como objetivo apresentar uma análise do modo de produção capitalista e também a partir do conceito de território e espaço enquanto componentes da dinâmica da sociedade que expressa as múltiplas determinações sociais contidas nas relações sociais de produção e reprodução da vida social.

Considerando que em relação a um conceito existem variadas concepções ressalta-se aqui a definição de espaço e território a partir dos estudos realizados pelos geógrafos Milton Santos (1979) e Marcelo Souza (2013).

Souza (2013) entende o espaço social como “aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade” e também como “algo material, tangível e palpável”. Dessa forma, para ir além dessa materialidade utiliza-se a definição de território que contempla um espaço natural delimitado de fronteiras e limites e que além disso apresenta “um poder que se exerce e que demarca espaços bem diferentes.”

A conotação de poder inserido na conceituação de território, diz respeito aos fatores estimulantes dessas demarcações e que podem ser efetuadas por meio de elementos econômicos, estratégicos e como tais incidem em decisões de força e negociações dentro e para espaço social.

No que diz respeito a sociedade capitalista e aqui já delimitando o objeto de análise que trata de um distrito territorializado a partir da exploração mineral, observa-se como a questão de poder no território transformou esse espaço social desde a sua formação e que atualmente vem sendo o responsável pela morte da vida social nesse espaço sócio-espacial.

Silva e Saquet (2008, p. 10) analisam a obra de Milton Santos (1979) onde o autor explica a sociedade organizada socialmente. Sua análise identifica que como o espaço é organizado socialmente, “espaço e natureza são sinônimos desde que considere a natureza como uma instância transformada, uma segunda natureza, conforme Marx a denominou.” E, ocorre por meio das transformações sociais realizadas pelo homem:

O espaço reproduz as transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. (SANTOS, 1979, *apud* SILVA e SILVA; SAQUET, 2008, p. 10).

Além dessa conceituação de espaço, Silva e Saquet (2008) apresentam outro conceito desenvolvido por Milton Santos (1978); a definição de espaço de uma forma mais evidente, entendendo-o como fator social que compõem uma instância da sociedade. Essa explanação foi realizada em *Por uma Geografia Nova*;

(...) O espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, *apud* SILVA E SAQUET, 2008, p. 7).

Com o exposto até então pode se considerar que para Milton Santos o espaço deve ser considerado enquanto uma totalidade, compreendendo as transformações da sociedade ocorridas historicamente a partir do seu modo de produção e reprodução que compõem a totalidade social. Com isso, quando o autor entende o espaço enquanto uma instância da sociedade identifica uma autonomia manifestada por meio de leis, resultante de uma interação em diferentes variáveis. Sendo assim;

O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como *lugar* de sua própria reprodução. (SILVA E SAQUET, 2008, p. 8).

Nessa mesma obra de Silva e Saquet (2008, p. 8), Santos (1978) diferencia o território de espaço: “a utilização do território pelo povo cria o espaço”. Aqui é importante notar que o autor compreende o território enquanto um espaço de construção e desconstrução de relações de poder que envolvem uma gama de atores que territorializam suas ações ao decorrer do tempo.

Outro conceito importante que será abordado no texto é o “substrato espacial”, que foi analisado por Souza (2013) onde o autor apresenta uma unicidade entre a primeira e a segunda natureza, ou seja, quando as relações

de produção são percebidas entre o confronto do “espaço herdado” e o “espaço novo” e identifica essa relação a partir da ocupação do espaço pelos sujeitos do processo hegemônico e de um outro lado os que não são incluídos nesse processo. O autor quando diz sobre a questão do uso do espaço nesse momento, entende que nesse caso não está diretamente relacionado a uma alteração dos elementos construídos, mas sim de uma funcionalidade que a construção de novos objetos materiais ou não, como é o caso dos objetos simbólicos, e é neste ponto que o substrato ganha uma dimensão especial na compreensão da formação sócio-espacial, pois ele condiciona as relações sociais sendo que a cada redefinição tem conflitos. Esses conflitos são importantes para entender o conceito de ‘território’ pois é a partir deles ‘que se evidencia’, como dito pelo autor um instrumento de poder. O território não cabe dentro do conceito de substrato material, ele incide sobre esse no sentido de que o território é um exercício de poder, definido e delimitado pelas relações de poder. Em suas palavras território pode ser entendido como: “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. (SOUZA, 2013, p. 96).

Neste caso fica evidente a dimensão do poder e das relações de poder na análise quando se pretende uma pesquisa sócio-espacial; seja observando o território ou até mesmo a desterritorialização.

Com o exposto e complementando a ideia, Buscioli (2020, p. 353) diz que “todo projeto que se territorializa de modo hegemônico sobre um território, desterritorializa um outro projeto, assim como, se lugariza em seus símbolos e sentido e deslugariza outros sentidos do lugar.” A desterritorialização se completa como nos mostra o autor pelos processos de des-lugarização, que intervêm no substrato material, que altera a paisagem para ampliar a capacidade de poder da nova territorialidade.

Diante do exposto, o aprofundamento do tema realizará a partir de mediações com os elementos da crítica da economia política em relação à produção do espaço, de forma que sejam articuladas reflexões teóricas no processo de materialização da vida social, em especial as suas manifestações na dinâmica que moldam os territórios e a centralidade do trabalho.

Além dos autores citados acima será utilizado os estudos de David Harvey que utiliza a noção de território como categoria importante para apreensão e análise da realidade e teóricos do Serviço Social.

1.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO CAPITALISTA E A CENTRALIDADE DO TRABALHO

Historicamente podemos perceber que toda sociedade se desenvolve através do seu modo de produção;

Conceito desenvolvido por Marx e Engels para designar a maneira pela qual determinada sociedade se organiza visando garantir a produção das suas necessidades materiais, de acordo com o nível de desenvolvimento de suas forças produtivas. (COLAO, 2006, p. 143-169).

No período feudal o modo de produção era denominado primitivo, posteriormente a partir das transformações da sociedade passou a ser organizado pelo regime escravista e após o seu declínio consolidou-se o modo de produção capitalista onde a produção se dá por meio do acúmulo de capital.⁶ Dessa forma, à medida que se determina o modo de produção de uma sociedade é possível caracterizar quais são as suas relações sociais e também compreender as transformações em seu espaço social. Segundo Karl Marx;

[...] As relações sociais, de acordo com as quais os indivíduos produzem as relações de produção alteram-se, transformam-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade as relações de produção formam o que chama de relações sociais: a sociedade e, particularmente, uma sociedade num estágio de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distinto e particular. [...] O Capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, relações de produção da sociedade burguesa. (MARX, 1975, p. 60-93 *apud* IAMAMOTO, 2011, p. 36)

Como já discutido por José Paulo Netto (2012), às condições materiais de existência e reprodução da sociedade se dão através da interação do homem

⁶ É importante ressaltar que os modos de produção apresentados não são alterados de forma linear e nem muito menos cadenciado, mas sim como consequência imediata de um sobre o outro. As alterações ocorrem por necessidade de algo novo e a cada mudança de modo de produção ainda permanecem traços da ordem anterior.

com a natureza: a sociedade transforma as matérias primas naturais em produtos que satisfaçam as suas necessidades, essa transformação se dá através do trabalho humano.

Lukács em seu texto *As Bases da Ontologia do Pensamento e da atividade do Homem* parte do entendimento de trabalho como categoria central e fundamental para a compreensão das relações sociais e da história da humanidade a partir de uma perspectiva ontológica. Na análise do trabalho é preciso apreender dimensões ontológicas do ser em sua totalidade, com mediações e determinações, reconhecendo singularidades e universalidades, determinando o trabalho como elemento fundante e responsável por elevar o homem orgânico a condição de ser social – considerando que o homem a priori, possui uma natureza inorgânica, que posteriormente se torna orgânico e, a partir de suas relações com outros seres vivos por meio do trabalho eleva – se a condição de ser social; onde transforma a natureza para suprir materialmente as suas necessidades por meio de desenvolvimento de técnicas que vão além de suas limitações biológicas e que permitem o trabalho coletivo. Diante do exposto o homem quando transforma a sua natureza se tornando um ser social através do trabalho, transforma também a natureza a partir do seu trabalho social fazendo surgir o espaço social:

O homem, ao transformar sua natureza (ser animal em ser social), através do trabalho, acaba por modificar, através da mesma ação, a “natureza” da natureza, fazendo com que esta (a natureza primeira) surja enquanto uma “segunda natureza”, ou seja, uma natureza humanizada, transformada a partir do trabalho social do homem — o espaço social. Assim, evidencia-se o trabalho como fundamento ontológico-social do ser social, assim como do espaço social. Portanto, o espaço enquanto produção social encontra-se imbricado no mesmo processo da humanização do homem. Nesse “salto ontológico”, o que se revela enquanto novo é uma obra sócio-histórica-espacial inconclusa, aberta e em permanente construção. (ANDRADE, 2012, p. 30).

O trabalho é o motor do processo de reprodução individual e social onde as mediações existem em função da satisfação do homem e condiciona no plano ontológico um desenvolvimento superior que permite que esse indivíduo orgânico passe para uma nova fase do ser, o ser social.

O trabalho é um ato de pôr consciente que se dá de forma concreta. Na sociedade humana, o trabalho cria valores e constitui uma riqueza social,

exigindo a instrumentalização de matérias-primas para que haja a troca de mercadorias. Nesse sentido coloca-se como relação imediata entre as relações do homem com a natureza, estabelecendo a objetivação e a subjetivação do sujeito e do objeto respectivamente.

Nesse sentido o espaço geográfico apresenta um papel importante no processo de produção e reprodução da sociedade, pois encontram-se articulados. É por meio do desenvolvimento do espaço que ocorre o desenvolvimento das relações sociais e desenvolvimento do ser social.

O espaço geográfico determina as relações de produção sendo, simultaneamente, produtor, produto e suporte das relações sociais. Por isso desempenha importante papel no processo de reprodução geral da sociedade, estabelecendo uma produção espacial que se manifesta em formas distintas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar. (LEITE, 2012, p. 26).

Como analisado por Pereira (2014, p. 326) por meio do estudo realizado por Souza (2013, p. 29) quando define espaço geográfico apresenta sua definição considerando “*facetadas da primeira natureza*” e da “*segunda natureza*”. Para diferenciar o espaço geográfico do espaço social, o autor conceitua que o espaço social equivale a “uma qualificação do espaço geográfico”, que se identifica a partir de uma organização social, ou seja, a partir da constituição de objetos criados (ou não) pelo homem. Dessa forma, conclui que o espaço social não se reduz somente a materialidade do espaço e a produção deste, mas também da (re) produção da materialidade do espaço e sua “produção simbólica e de relações de poder”.

Referente ao conceito de espaço social e articulando ao modo de produção capitalista, compreendemos que as relações mercantis é a fundamental dessa organização da sociedade e se baseia em uma divisão social do trabalho onde é necessário que se produza mercadorias diferentes a partir do trabalho desempenhado por homens e mulheres.

[...] O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...]. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...]. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de

construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...]. Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais (KARL MARX, 1983 *apud* NETTO e BRAZ, 2012, p.43).

Historicamente a questão do território está vinculada ao próprio processo de produção, a começar pelo processo de expansão territorial para exploração de novos mercados, desde a chamada fase mercantil. “Foi o processo de ampliação mercantil que permitiu criar a força motriz do capital, consolidá-lo como modo de produção da sociedade industrial burguesa, garantindo a sua realização por meio da produção, circulação e consumo ‘de mercadorias’, bem como a garantia dos meios para a produção em oferta abundante, de modo a potencializar a produtividade do trabalho. O Estado-nação teve neste processo importância inigualável, pois garantiu o ordenamento e mecanismos importantes de reprodução”. (ANDRADE, 2012, p. 68-69).

E a partir dessa organização e reprodução que se forma uma divisão do trabalho social, sendo ela uma consequência elementar do próprio trabalho; mesmo antes que o trabalho atingisse sua explicação plena e extensiva, no período da coleta do produto, já havia uma divisão do trabalho. Essa sistematização do trabalho, está presente em todas as organizações como agricultura, indústria, dentro de oficinas ou até mesmo nos ramos da produção que possibilitam uma reprodução ampliada do capital;

Movimento que explica a reprodução do capital, onde uma parte da mais valia é apropriada pelo capitalista para gastos pessoais e a outra é reconvertida em capital para a ampliação da escala da produção de mercadorias. (NETTO e BRAZ, 2012, p.138).

Marx (2013) diz que a acumulação é uma tendência e um processo permanente no capitalismo. O capital é estimulado a partir do incremento das forças produtivas – “combinação da força de trabalho com os meios de produção”.

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político. Essa mudança incessante rumo a um ‘ajuste

espacial', referente às contradições internas do capitalismo (registrada, de modo mais perceptível, como superacumulação de capital numa área geográfica específica), junto com a inserção desigual de diversos territórios e formações sociais de mercado mundial capitalista, criaram uma geografia histórica global da acumulação do capital, cujo caráter precisa ser mais bem entendido (HARVEY, 2006, p. 193 *apud* MARX, 2013, p. 366-369).

O incremento de forças produtivas denomina-se capital constante possibilitando a diminuição do emprego da força de trabalho que é denominada capital variável.

A relação entre capital constante e capital variável denomina-se composição orgânica do capital. Essa relação varia conforme os diversos ramos industriais, assinalando o maior ou melhor grau de mecanização/ automatização das empresas, e científico – tecnológico à produção. (MARX, 2013 p. 366-369).

Como em todas as sociedades a produção também é uma reprodução das relações sociais e se dá dentro de um processo que traz consigo alguns elementos. Pelas análises de Marx em relação ao sistema capitalista reconhecemos que existe uma produção de mais valia; momento em que o trabalhador vende a sua força de trabalho a fim de produzir determinadas mercadorias e, ao final do processo, a sua produção é apropriada por quem detém os meios de produção. No sistema capitalista, a mais-valia é o trabalho não pago, ou seja, o trabalho excedente. A partir desse momento, podemos dizer que como a mercadoria é o produto do trabalho, e este o elemento fundante para as relações sociais concluímos então que a mercadoria articula a produção e reprodução das relações sociais e capitalistas:

Na sociabilidade burguesa, o trabalho assume dimensão abstrata, alienada e fetichizada, e se caracteriza pela produção de mercadorias e de mais-valia, com o objetivo de acumulação e reprodução ampliada do capital. (ANTUNES, 1999, p. 23).

O trabalho é a essência do modo de produção capitalista e para que funcione, é necessário que haja também uma reprodução das relações sociais. Além do trabalho que necessita da reprodução das relações sociais, o território é um resultado desta, pois a depender da ocupação do espaço e do contexto histórico influencia nos ciclos do processo produtivo.

Sendo assim a noção de espaço interfere na circulação de mercadorias e também nos lucros. Como afirma o próprio Marx; “quanto mais rápido se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido é o afluxo do

material humano explorável e tanto mais miseráveis as habitações improvisadas dos trabalhadores”. (MARX, 2013, p. 767).

A partir dessa discussão observamos como o trabalho juntamente com a noção de espaço e território são conceitos importantes para abordar discussões condicionadas à existência do homem e as suas relações sociais. O trabalho não é realizado de forma isolada, se efetua coletivamente estabelecendo condições de sociabilidade que implicam na formação de um ser social e de um espaço social.

O trabalho nessa sociedade capitalista é um fator essencial para entender e compreender como o ser social vive e é um elemento central para se constituir a produção espacial da vida que é intrínseca ao modo de produção.

1.2 PROCESSOS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

A partir do fenômeno de industrialização e urbanização iniciado após a Revolução Industrial, os processos de trabalho adquiriram novas formatações e contribuíram para a ascensão do capitalismo a partir da livre concorrência de mercados. Entretanto, sua maturidade se deu na era monopólica do capital, a partir da concentração e centralização da produção, obedecendo a ordem vigente e o acréscimo de lucros, através do controle do mercado. Nesse período em que as contradições ficaram nítidas, a burguesia cria seus traços de “exploração, alienação e transitoriedade histórica” Netto (1993, p. 26) e conduz como diz Calvi (2007, p. 51) ao ápice da “contradição elementar entre a apropriação privada e a socialização da produção”.

O capitalismo se sustenta a partir do seu processo acumulativo; a propriedade privada é a primazia e há um grande aumento do poder político a fim de garantir a valorização do capital.

O imperialismo como define Netto e Braz (2012, p. 181), configura-se como um novo estágio na história do capitalismo. Esse período, surge como uma fase “elevada” e particular do capitalismo, pois é onde ocorre a substituição da livre concorrência para o surgimento dos monopólios capitalistas. Nesse período, criou-se uma grande produção que permitiu a concentração e a centralização da

produção e do capital, permitindo que o capitalismo alcançasse um nível superior. Houve o desenvolvimento do capital financeiro que fez surgir o crédito, dispondo aos capitalistas um novo mecanismo de centralização de capitais.

O monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência [...] criando a grande produção e eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que de seu seio surgiu e surge o monopólio. Ao mesmo tempo os monopólios, que derivam da livre concorrência não eliminam, mas acima e ao lado dela, engendram assim contradições, fricções e conflitos particulares, agudos e internos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior. (NETTO e BRAZ, 2012, p. 205).

Como discutido por Fontes (2016), a concentração correspondia a fusão de grandes famílias, grandes industriais e grandes banqueiros.

Lênin, observou a separação da “propriedade do capital de sua aplicação à produção”, denunciando o crescente distanciamento entre “o rentista, que só vive da renda que retira do capital-dinheiro, do industrial, assim como de todos os que participam diretamente à gestão dos capitais”, cuja função primordial permanecia extrair mais-valor. A mudança de escala da produção capitalista modifica a composição da própria burguesia. Os economistas apresentavam como “descentralização” administrativa uma enorme centralização do capital, que transformava milhares de empresas dispersas num único organismo capitalista nacional e, em seguida, mundial. (FONTES, 2016, p. 5).

Ao final do século XIX as atividades produtivas ganharam novas formas, foi necessário sistematizar as operações a fim do aumento da produtividade e para que houvesse um gerenciamento empresarial, implantado por Taylor. O trabalho ganhou tarefas fragmentadas e movimentos repetitivos possibilitando uma relação do homem com a máquina. Conforme Guiraldelli (2014, p. 27), “tal mudança implicou na hierarquização e desqualificação no interior da produção”.

Em linhas gerais, o modelo de produção taylorista contribuiu para padronizar as formas de trabalho e uniformizar as operações, que foram incorporadas posteriormente pelo fordismo, modelo de produção adotado no início do século XX que teve como precursor o estadunidense Henry Ford (1863-1947). Em síntese, o fordismo se baseava na produção em massa. A produção seriada objetivava padronizar os produtos e reduzir o tempo e custo da produção, tendo em vista a fabricação em larga escala com a utilização de esteiras e de linhas de montagem. (GUIRALDELLI, 2014, p. 105).

Essas transformações que aconteceram no capitalismo são de caráter pertinente pois refletem até mesmo nos dias de hoje. Entender regime de acumulação, regime de produção e as crises no decorrer deste século permite

compreender a modernidade, pois no Ocidente, a sociedade ainda é pautada no ganho de lucro.

Segundo Harvey (2006, p. 127), no capitalismo o pressuposto para que o regime de acumulação funcione é necessário que haja uma disciplina no comportamento do indivíduo que executa o trabalho para que o processo possa ser garantido. Esse regime de acumulação é constituído por leis e hábitos e que reproduziu através de um modo de regulamentação que “adestrava” o comportamento individual ao sistema de reprodução determinados por costumes. Apesar disso, deve-se lembrar que o capitalismo é falho e que a crise é intrínseca a esse sistema, por isso, é necessária a intervenção do Estado para consertar as falhas do mercado, evitar concentração de poder e fornecer bens coletivos.

Conforme apresentado por Harvey (2006, p. 128), o fordismo tem seu início marcado pela institucionalização das oito horas que valiam cinco dólares ao dia. Foi um regime de produção marcado por inovações tecnológicas bem estabelecidas que já tinham sido criadas por Taylor. A divisão do trabalho manual e intelectual é um exemplo de implementação. O trabalhador era mantido em posição fixa que possibilita uma produção em massa, o que permitiu um consumo em grande escala devido aos menores preços e, também porque o operário através de seu salário comprava os produtos e ajudava no escoamento da produção. Nesse processo há o incremento de mais capital variável e menos capital constante. Esse regime exigia longas horas de trabalho rotinizado que não foi muito bem aceito pelos trabalhadores. No decorrer desse sistema, também foi necessário criar novos mecanismos de regulação e intervenção estatal. Após 1945, o fordismo vive uma crise internacional e possibilita a introdução do sistema keynesiano. Nesse novo modelo, o Estado assume novos papéis e o capital se ajusta a fim de continuar na lucratividade e novas formas de trabalho são pensadas. Nos surtos que aconteceram, os sindicatos perderam um pouco sua forma tradicional, mantiveram-se sob controle e possibilitam uma nova ordem de relações de classe.

O sistema fordista como um sistema de modo de produção total, onde o controle do mercado se deu por meio da intervenção estatal, ação coletiva, controle do emprego e da força de trabalho cria não só um novo tipo de trabalhador, mas um novo tipo de homem, usa do controle macroeconômico

como a principal forma de conter e mediar as crises causadas pelas contradições internas do capitalismo. Assim, por meio de um gerenciamento estatal, o fordismo usa a intervenção do estado para dosar o ritmo da produção tecnológica e organizacional restringindo a luta de classes – por intermédio de uma intervenção direta ou uma negociação coletiva. Contudo, a iniciativa do modo de produção fordista para conter as crises causadas pela superacumulação não foi capaz de se sobrepor às incoerências e contradições do capitalismo. O esgotamento de opções para lidar com esse problema resultou em crises geográficas, geopolíticas e de endividamento.

No final da década de 60, o fordismo começa a demonstrar vários indícios de problemas. Os países sofreram um boicote das indústrias americanas e as economias queriam constituir mercados concorrentes por novas fronteiras. Conforme (HARVEY, 2006, p. 131):

Essa abertura de investimento estrangeiro (especialmente na Europa) permitiu que a capacidade produtiva excedente dos Estados Unidos fosse absorvida alhures, enquanto o progresso internacional do fordismo significou a formação de mercados de massas globais e a absorção da massa da população mundial fora do mundo comunista na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo. Além disso o desenvolvimento desigual na economia mundial significou a experiência de ciclos econômicos já paralisados como oscilações locais e amplamente compensatórias no interior de um crescimento estável de demanda mundial. De um lado dos insumos, a abertura do comércio internacional representou a globalização da oferta de matérias-primas geralmente baratas. (HARVEY, 2006, p. 131).

A crise da produção fordista de produção desencadeou uma necessidade de mudança. A acumulação foi desarticulada para o início da flexibilização. Os padrões de consumo foram fragmentados e privatizados e houve uma mudança na organização de produção que passou de vertical para horizontal.

Na acumulação flexível ocorre um aumento de importância das pequenas e médias empresas, favorecendo o intercâmbio, as subcontratações e outras relações de interdependência. Conforme Harvey (1989):

A mudança tecnológica constante, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas onde o controle do trabalho se dá mais facilmente, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passam, então, ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. (HARVEY, 1989, p.137-138).

Essa forma de produção em pequenas quantidades permite alcançar públicos cada vez mais específicos e acompanhar as rápidas transformações dos padrões de consumo. O capitalismo flexível, então, vai enquadrar-se como uma recombinação de estratégias à procura do lucro. Assim, por meio do uso da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, o capitalismo flexível irá usar o aumento da exploração do trabalhador como meio de obter lucros.

Esses dois modelos se difundiram por todas as economias capitalistas centrais e se agregou ao Estado de Bem Estar Social. Para somar a esse novo modelo, Keynes propôs uma intervenção estatal no controle da regulação econômica, a fim de garantir políticas sociais à população.

Nesse lastro temporal, com base nos apontamentos de Sorj: [...] até os anos 70, nas sociedades avançadas, o chamado 'emprego em tempo integral e para a vida toda' era uma forte referência tanto no planejamento organizacional das empresas como no horizonte existencial dos trabalhadores. (GUIRALDELLI, 2014, p. 110).

A partir da década de 70, observou-se uma enorme transformação dentro da órbita do mercado mundial e também em relação ao capital que se tornou financeiro.

Essas mudanças ocorreram diretamente em relação à sociedade e ao Estado. A reestruturação produtiva possibilitou concentração e centralização nas mãos de poucos, isso se deu pelo capital financeiro que possibilitou condições de exportações e importações para oligopólios que acabou diminuindo a possibilidade de empregos menores competirem com pólos.

O Estado passou a transferir suas responsabilidades para o mercado, pois em síntese, o neoliberalismo prevê uma intervenção mínima do Estado no que tange aos serviços sociais públicos e uma intervenção máxima no mercado capitalista sob a hegemonia financeira. (GUIRALDELLI, 2014, p. 113).

A reestruturação produtiva resultou em uma grande precarização e flexibilização do trabalho e de como era a organização desse trabalho, mas sem pensar em desenvolvimento social.

Em relação à produção, utilizava-se máquinas de grandes multinacionais, mas em compensação as condições dos trabalhadores estavam sujeitas eram retrógradas.

O capital, como já dito por Netto e Braz (2012), mantém fases de desenvolvimento e fases de crise. Todas essas fases inclusive, as de crise,

interferem diretamente em relação às condições de trabalho também como um todo na vida dos trabalhadores.

Nesse contexto, o Estado satisfaz os interesses da classe dominante em âmbito nacional e internacional e em decorrência a classe trabalhadora permanece precarizada. Essa mundialização do capital faz com que as expressões da questão social – que como lamamoto (2015), “questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades sociais e a elas resistem e se opõem” aumentem ainda mais devido a possibilidade de relações mais abstratas e menos concretas, ou seja, a partir da mundialização são feitas várias relações internacionais devido a concentração e centralização do capital. A financeirização permite facilmente inseguranças em relação ao trabalho como flexibilização, privatizações de empresas, situações que afetam diretamente a classe trabalhadora e que acaba contribuindo com o aumento das desigualdades sociais.

Conforme Santos (2019) aborda em seu texto, a crise de 1970 demarca um momento de crise, onde a burguesia inicia um processo de reação referente à crise instalada do capital. Dessa forma, o resultado foi de um aumento do domínio dos setores monopolistas na economia mundial e foi marcado pela refuncionalização do Estado capitalista por meio de uma revolução tecnológica e organizacional de produção – reestruturação produtiva, pelo processo de financeirização do capital; intensificando a especulação financeira com a geração de capital fictício, aumentando o poder do capital bancário e financeiro e também pelo ajuste de caráter neoliberal dando uma nova tônica às políticas econômicas e industriais dos Estados nacionais e desenvolvendo um novo padrão da relação Estado/sociedade civil.

Aliado às mudanças no padrão de produção com a reestruturação produtiva e as conotações neoliberais nas estratégias políticas, há o processo de financeirização do capital, caracterizado pela formação de um mercado mundial unificado com companhias transnacionais, padronizando formas de produção e distribuição de produtos e serviços. Esse processo vem se intensificando com a revolução tecnológica, com a horizontalização das empresas e sua ligação pela rede de informática. (SANTOS, 2019, p. 287).

O toyotismo segundo Alves (2020), surgiu durante o processo de reestruturação produtiva a partir da égide da mundialização do capital. Esse novo

modelo que desponta após a reestruturação produtiva possui ligação direta com o neoliberalismo. Além da alteração referente a lógica de trabalho, há também a transformação no que diz respeito as localizações das fábricas. Isso é percebido nas diferenças que surgem em relação aos países de capitalismo central de economia clássica aos países periféricos no que se refere as configurações de trabalho.

Esse novo regime assim como ressalta Alves (2020, p. 2) se dá vinculado ao capitalismo japonês, alicerçado por meio de uma (produção enxuta), onde a organização da produção de mercadorias, mescla seus dispositivos contingentes com particularidades locais e setoriais da indústria capitalista mundial, e articula com dispositivos tayloristas-fordistas. Dessa forma, o toyotismo tornou-se adequado às condições de uma transição para a pós-grande indústria e à consolidação do trabalho imaterial na esfera produtiva, que exige uma nova forma de cooperação complexa na produção capitalista, com a subjetividade do trabalho tornando-se seu fulcro essencial.

O que se pode salientar é que com todas essas transformações que ocorrem na sociedade atual, não atende a população que é a classe trabalhadora que vende a força de trabalho. Apesar de que não tem direito a socialização da produção que ela própria produz e, que na mesma proporção possui cada vez mais a negação de seus direitos. Essa realidade contribui com o aumento das expressões da questão social.

É necessário, hoje, repensar a questão social, porque as bases de sua produção sofrem, na atualidade, uma profunda transformação com as inflexões verificadas no padrão de acumulação. (IAMAMOTO, 2015, p.29).

Na análise de Santana (2005) com o discurso da competência e a exigência de qualificação dos trabalhadores, cria-se o conceito de empregabilidade, que consiste na capacidade da força de trabalho se manter empregada ou encontrar novos empregos, o que, resumidamente, significa tornar-se empregável no mundo do trabalho mediante as atitudes e as competências dos trabalhadores. Nesse sentido, muitos trabalhadores tornam-se supérfluos e desnecessários ao capital, e o desemprego passa a ser justificado pela ausência de qualificação da população frente às exigências do

paradigma produtivo vigente. O desemprego, compreendido como expressão da questão social, ou seja, um fenômeno social que tem dimensão pública e política, passa a ser tratado, muitas vezes, como um problema individual.

Nessa conjuntura atual, empregos permanentes estão cada vez mais restritos, a desvalorização da força de trabalho é grande. A insegurança e a instabilidade tomaram conta do cotidiano dos trabalhadores.

A ascensão do capital financeiro com o objetivo de aumentar a produtividade do capital e do trabalho provocou consequências deletérias para o mundo do trabalho, principalmente no que concerne ao crescimento exponencial do desemprego. Não obstante, os princípios da empresa "enxuta", pautados no modelo japonês (toyotista), os processos de terceirização e a precarização nas relações contratuais ganharam fôlego no quadro de ascensão do capital financeiro, e as multinacionais passaram a buscar locais de produção com baixos salários de forma a intensificar o trabalho e manter relações de trabalho pautadas na flexibilização. Com isso, as legislações em torno do emprego do trabalho assalariado, que haviam sido estabelecidas graças às grandes lutas sociais e às ameaças de revolução social, voaram pelos ares [...]. (GUIRALDELLI, 2014, p. 109).

O Brasil aderiu às prerrogativas neoliberais como alternativa de recuperação do capital. Com o neoliberalismo e a incorporação da reestruturação produtiva desencadeada pelas transformações no mundo do trabalho, o que se observou foi uma reforma do Estado, resultando na desregulamentação do trabalho, flexibilização das leis trabalhistas, reforma previdenciária e perda do poder de barganha do sindicalismo. Ao contrário do que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, com investimentos produtivos visando a geração de empregos industriais, nos anos 1990, o investimento consistiu em garantir intensivamente o processo acumulativo e reprodutivo do capital. Em contraposição à Constituição Federal de 1988, que representava conquistas históricas no campo da garantia dos direitos sociais, políticos, humanos e civis, o país incorporou a política neoliberal que gerou efeitos perversos para a vida social dos trabalhadores.

Com a abertura comercial adotada pelo Governo Collor nos anos 1990, a indústria brasileira atravessou períodos nebulosos e críticos diante das adversidades econômicas, políticas e sociais da época. O resultado disso foi um período de recessão, crescente desemprego e falência de indústrias que não estavam preparadas para a concorrência externa.

Diante da expressiva redução do emprego no ramo industrial nesse período, Lavinias e Gentil (2018) salienta que os mais atingidos pelo desemprego foram os homens, sendo que até então esses eram os ocupantes majoritários do setor, diferente do comércio, em que a taxa de desemprego feminino foi superior à masculina por ser um setor com maior contingente de mulheres.

Guiraldelli (2014) diz que na década de 1990 ocorreu um redimensionamento da questão social, gerado pela trágica ofensiva neoliberal no contexto da reestruturação produtiva e da exploração "selvagem" dos "trabalhadores".

O Estado dito democrático de direito, proporciona condições que fazem com que ele tenha através do jogo democrático que atua como um "comitê que atende os interesses da burguesia" e acessar alguns direitos a classe subalternas. Nessas condições a questão social passa a ser minimizada através das políticas sociais que é forma de acesso a direitos na sociedade burguesa.

É necessário ressaltar que foram as lutas sociais que romperam com o domínio privado nas relações entre capital e trabalho e possibilitou que a questão social ocupasse a esfera pública exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização dos direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.

A afirmação da crise estrutural e que ela possui estágios cíclicos, atualmente nessa conjuntura, vivencia-se esse momento de "crise" onde quem sofre é a classe trabalhadora, que determina um contexto de lutas dos trabalhadores que pode ser observado pela nota⁷ que o Conselho Federal de Serviço Social-CEFESS divulgou em 7 de julho de 2016 discutindo sobre análise de conjuntura;

Nessa conjuntura, é necessário elucidar que, atualmente, o que se verifica é a redução de empregos estáveis e protegidos, o que não significa o "fim do trabalho" nem o "fim da história". Na atualidade, o que se observa é a eliminação de postos de trabalho, a redução de trabalho vivo e crescentes taxas de desemprego, que assume dimensão estrutural, ampliando o índice de trabalhadores supérfluos ao capital. Diferentemente do desemprego temporário e cíclico causado em períodos e conjunturas de crise do capital, o desemprego estrutural é caracterizado pela expulsão dos indivíduos da cadeia produtiva sem possibilidade de inserção futura no mercado de trabalho,

⁷ Ver mais em: **CEFESS Manifesta: Análise de Conjuntura**. Publicação de 7 jun. 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2016-CfessManifesta-AnaliseConjuntura.pdf>. Acesso em: 12 mar.2021.

ou como diz Pochmann (2001, p. 89), é um [...] desajuste entre a mão-de-obra demandada pelo processo de acumulação do capital e a mão-de-obra disponível no mercado de trabalho. (CFESS, 2016).

Em tempos históricos de crise do capitalismo financeiro em dimensão estrutural Mézáros (2009), diz que profundas alterações no mundo do trabalho podem ser observadas, com queda no ritmo de crescimento, acentuados níveis de desemprego e miséria da população, o que contribui para o aprofundamento e agudização da questão social.

1.3 MINERAÇÃO, OURO PRETO-MG E ESPAÇO/TERRITÓRIO

Esse subitem apresenta um breve panorama histórico referente a forma de como foi forjada a relação íntima entre as atividades mineradoras e a região de Ouro Preto-MG. A partir daqui, as reflexões são subsidiadas por meio de fontes de pesquisa de autores que tratam da história de ocupação da cidade de Ouro Preto-MG. Referente as bibliografias mais utilizadas dentro desse subitem destaca: a “*Monografia da freguesia de Cachoeira do Campo*” de autor anônimo, publicada pelo Arquivo Público Mineiro, “Ouro Preto conta Ouro Preto: Tradições da terra do ouro, publicado em 1996, pela professora Solange Sabino Palazzi Fortes, Autos de Devassa da Inconfidência Mineira da Imprensa Oficial, Dossiê de Tombamento da Igreja Matriz de São Gonçalo e seu acervo, Oliveira, Barroco e Rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana de Myriam Andrade Ribeiro, Desclassificados do ouro de Laura de Mello, História Média das Minas Gerais, de Vasconcelos (1948), Mineração nos morros das Minas Gerais: conflitos sociais e o estilo dos pequenos exploradores (1711-1779) de Dejanira Ferreira Rezende (2013). Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933 de Caio Meneguello Natal e também Miguel Burnier Marcas Históricas: Ouro Preto organizado por Henrique Piló e Alenice Baeta.

A mineração tem início no Brasil a partir do século XVII, período em que o país se encontrava sobre o domínio da coroa portuguesa e a extração de ouro e

pedras preciosas caracterizava uma atividade artesanal⁸. O trabalhador para desenvolver esse trabalho utilizava basicamente da sua força física. Essa fase de atividades extrativistas caracteriza o período de acumulação primitiva no Brasil, logo essas atividades ganharam novas formas bem como modificações nas relações de produção.

O século XVIII, marca o apogeu da atividade mineradora em Minas Gerais:

Minas estava então no seu apogeu. Vila Rica era, “por situação da natureza cabeça de toda a América, pela opulência das riquezas a pérola preciosa do Brasil”. Os diamantes tinham sido descobertos há pouco, e em 1729 D. Lourenço de Almeida comunicará oficialmente à Coroa o seu achado. (SOUZA, 2015, p. 32).

Ouro Preto tem seu desenvolvimento ligado à descoberta de ouro na região. Seu nome refere-se aos “granitos negros que envolviam o ouro de fino quilate, encontrado segundo lenda corrente, por um mulato que meteu a gamela nas águas do córrego tripuí.”⁹

Esse fato ocorreu entre 1696-1697 e, a partir dessa descoberta, a região começou a receber um grande fluxo de pessoas de São Paulo, Nordeste e do além-mar no intuito de explorar o ouro. Essa ação fez com que a coroa rapidamente institucionalizar as relações sociais de produção, transporte, comércio e taxaço.

A ocupação inicial das Minas Gerais se deu pelos anos de 1694 a 1696, ou até mesmo um pouco antes, sendo registrado que no período de 1697 a 1698 teriam chegado muitos forasteiros em três locais, cujos descobridores foram: Manoel Garcia, em Ouro Preto, nas cabeceiras do Tripuí; Antônio Dias, que vendo o local muito cheio de gente, dirigiu-se pela serra achando o ribeirão que recebeu seu nome, estabelecendo lavras onde hoje é o centro de Ouro Preto; e Padre João de Faria Fialho, que da mesma forma e pelo mesmo motivo lançou nova expedição, ocupando outro ribeirão, denominado Ribeirão do Padre Faria. (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999 *apud* NEVES, 2012, p. 59).

⁸ O primeiro documento que pretendeu regular a exploração mineral na América portuguesa foi um regimento estabelecido em 1603. Esse regeu as questões relativas a tal atividade durante a maior parte do século XVII, ainda que tenha passado por algumas mudanças. 1º Regimento das terras minerais do Brasil. In: FERREIRA, Francisco Ignacio. Repertório jurídico do mineiro: consolidação alfabética e cronológica. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. p. 167-177. Em dissertação: Mineração nos morros das Minas Gerais: conflitos sociais e o estilo dos pequenos exploradores. (1711-1779) / Dejanira Ferreira de Rezende. 2013.

⁹ Dossiê de Tombamento/ Igreja Matriz de São Gonçalo e seu acervo/Amarantina/Ouro Preto/2009-2010, página 32.

Diversos arraiais começaram a surgir e aos poucos houve a formação de povoados. No início do século XVIII, os arraiais estavam bastante consolidados no território, porém, apresentavam uma estrutura social heterogênea.

Ouro Preto no auge da exploração mineral, vira palco também de importantes acontecimentos históricos. Em 1708 ocorre a Guerra dos Emboabas; resultado dos atritos que ocorriam entre os paulistas e os tidos como forasteiros (estrangeiros) e o conflito atinge o auge no distrito de Cachoeira do Campo. Em 1720 ocorreu a Sedição de Felipe dos Santos, que foram os motins contra o Quinto do ouro da Coroa Portuguesa. E então em 1789 ocorreu o que ficou conhecido como Inconfidência Mineira; que foi o movimento de independência de Portugal, na tentativa de tornar Minas livre do jugo Português, devido a decadência do ouro e os impostos ficaram mais caros. Foi uma revolta política, mas de base econômica. (PAULA, 2014, p. 18).

Como enunciado por Baeta (2010), Ouro Preto que anteriormente era conhecida como a antiga Vila Rica ou como parte do “Sertão dos Cataguases” ou das “Minas dos Cataguases” recebeu o nome de Ouro Preto no ano de 1710, após a chegada e instalação dos primeiros exploradores do ouro.

Já em 1720 recebe o nome de Ouro Preto, nome este, devido às características do ouro encontrado na região, coberto com minério de ferro e em consequência disso, ganhando uma coloração escura.¹⁰

No final do século XVIII até o século seguinte, apresenta uma regressão em sua economia proveniente “da exploração” do ouro e se volta para o cultivo do café e a criação de gado. A cidade passa diversos momentos de abalo para a recuperação da economia e isso afetava também diretamente a população que começou a se deslocar para as imediações do centro. Após a queda do ciclo do ouro, notadamente no ano de 1897, Ouro Preto perde a condição de Capital Mineira para Belo Horizonte acarretando mais transtornos para a economia e uma forte evasão da população;

Entre os ouro-pretanos, o medo e a insegurança grassam a partir das ameaças da transferência da capital. As perdas seriam imensas com o abandono da cidade pelo governo, que levaria junto de si muitos comerciantes, profissionais liberais, negociantes, todo o funcionalismo público exigido pela máquina estatal, enfim, uma grande parte da

¹⁰ Oliveira, Myriam Andrade Ribeiro de. Barroco e Rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana / Myriam Andrade de Oliveira, Adalgisa Arantes Campos. – Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010, p.31.

população deixaria Ouro Preto com a transferência do centro administrativo mineiro. As vozes em prol de Ouro Preto não tardaram a vir à tona, denunciando as propostas de mudança da capital como ilegítimas. (NATAL, 2007, p. 32).

Ao decorrer do século XX após o fim da extração do ouro e intensificação do minério de ferro, pode-se considerar o momento onde configura um “espaço social” economicamente capitalista nos territórios mineradores.

Conforme Ribeiro (2015, p. 43), espaços que compreendem a indústria extrativista mineral é possível observar a construção, destruição e reconstrução do local a partir de uma denominação territorial onde o espaço se transforma a partir de uma relação de mercado. Elucidando essa reflexão, é possível perceber em Lefebvre (2008) como recursos da natureza a partir dos moldes capitalistas adquirem valores de uso e de troca;

Outrora, o ar e a água, a luz e o calor eram dons da natureza, direta ou indiretamente. Esses valores de uso entraram nos valores de troca; seu uso e seu valor de uso, com seus prazeres naturais, ligados ao uso, se esfumam ao mesmo tempo e que eles se compram e se vendem, torna – se rarefeitos. A natureza, como espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. (LEFEBVRE, 2008, p. 554 *apud* RIBEIRO, 2015, p. 43).

Ainda sobre as considerações de Ribeiro (2015, p. 43), a autora discorre a ordem social determina o espaço assim como o espaço também determina a ordem social por meio de uma dialética.

A partir dessa explanação é possível refletir sobre as relações mercantis capitalistas que se formam a partir de um espaço ocupado por instituições privadas que servem de instrumento e foco de disputa de interesses de grupos dominantes. O discurso que se utiliza quando se instalam em um determinado espaço é dos benefícios que serão derivados da sua presença. Entretanto, o que se observa é somente os impactos negativos de sua dominação que são vivenciados pela população do local como a dissipação dos recursos naturais bem como a exploração da força do trabalho, orientado pelo discurso de “desenvolvimento”.

A dimensão territorial das relações mercantis capitalistas dá concretude como local de reprodução das relações sociais e posiciona os conflitos sociais no cerne da produção capitalista, refletindo a forma sob a qual o “progresso” está sendo socializado. Essa “dominação territorial” marca uma série de conflitos e contradições históricas pela ampliação e dominação do espaço. E se dá não só entre empresas e

população, mas também entre as próprias empresas, a partir das quais a disputa pelo domínio de determinada área é permanente e dependente das circunstâncias dos mercados globais e nacionais e da busca da vantagem de ordem técnica política. (SANTOS; SILVEIRA, 2003 *apud* RIBEIRO, 2015, p. 44).

O que se conclui a partir disso é que um espaço ocupado por essas instituições dentro da sociedade capitalista, apresenta a uma função de atender aos interesses dos que detêm os meios de produção em detrimento da classe trabalhadora. Nesse sentido, o que ressalta é o uso do poder que é exercido no território, que diz respeito ao processo direto de produção e reprodução do funcionamento territorial quanto no processo político. Desse modo, grupos e classes sociais inteiros se tornam submetidos às mudanças ocasionadas pela dominação territorial, mudando cultura, hábitos e costumes: “a manutenção do seu domínio sobre seu território “destrói a territorialidade do outro”. (MENEGAT, 2003, p. 153).

Isso permite que se identifique como o poder público juntamente com a classe dominante se fortalece a partir da dominação de poder no território, como indica Harvey; “quem domina o espaço pode sempre controlar a política do lugar [...] primeiro assumo o controle de um lugar para controlar o espaço”. (HARVEY, 1989, p. 213). Assim, o espaço se reconstrói sob os moldes do capital a fim de perseguir a acumulação do capital.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E ANÁLISE SÓCIO-ESPACIAL DE MIGUEL BURNIER, OURO PRETO-MG

Esse capítulo apresenta o contexto histórico de Miguel Burnier, Ouro Preto-MG, a partir de uma análise sócio-espacial compreendendo o processo de territorialização via exploração mineral até os dias atuais.

Antes de mais nada é preciso ressaltar que não existe um acervo extenso que trata sobre a história de Miguel Burnier. As referências aqui utilizadas para apresentar a trajetória da exploração mineral resultando na construção do distrito, é feita a partir de bibliografias como livros, artigos, teses, dissertações, documentários. Utilizaremos essas fontes para analisar Miguel Burnier enquanto território¹¹.

Uma das bases de referências utilizadas é o livro *Miguel Burnier, Ouro Preto: Marcas Históricas*¹²; uma obra fundamental para apreensão da história do distrito. O livro é uma produção realizada pela Gerdau¹³ como uma das condicionalidades para exploração mineral no distrito sendo produto das ações relacionadas à responsabilidade social empresarial.

Menegasso (2001) discute em sua pesquisa que o termo responsabilidade social passou a ser utilizado no Brasil a partir da década de 80 devido às mudanças relativas à modernização produtiva e o tensionamento do movimento operário que reivindicavam a democratização nas relações de trabalho, melhorias salariais, investimentos em ações, projetos e programas desenvolvidos para a comunidade.

Dessa forma as empresas se ajustaram a esse novo cenário e como Corullón e Medeiros Filho (2002) discutem:

Há três fatores que moldam a responsabilidade social empresarial: exigência dos consumidores e investidores, a necessidade de redefinir o papel da empresa e a própria situação social e ambiental, que vista

¹¹ Como já mencionado no capítulo 1, entende - se por território um espaço demarcado por relações de poder.

¹² BAETA, A.; PILÓ, H. (Org). Miguel Burnier, Ouro Preto: Marcas Históricas. Belo Horizonte: Gerdau, 2012.

¹³ Empresa Siderúrgica com dez usinas em funcionamento em seis países e instalada no distrito de Miguel Burnier. Ver mais em: https://www.faecpr.edu.br/site/escola_negocios/documentos/grupo-gerdau.pdf Acesso em: 12/03/2021.

de uma perspectiva estratégica, será por si mesma fator limitante da atividade empresarial. (CORULLÓN E MEDEIROS FILHO, 2002 *apud* PFEIFER, 2003, p. 38).

Carvalho (2010) aborda sobre o papel de destaque que a Responsabilidade Social Empresarial adquiriu ao ser discutida em várias esferas da sociedade civil quando iniciou os debates referentes à conscientização do papel da cidadania junto à sociedade, o que fez com que empresas começassem a criar ações de incentivo a causas sociais. Em seu estudo o autor utiliza as discussões realizadas por Aragão e Karkotli (2004), onde criticam a forma das empresas realizarem ações de responsabilidade social; destaca que em maioria o que se efetiva são minimamente algumas doações de recursos e incentivos a práticas de voluntariado.

Essa análise que identifica ações referentes à responsabilidade social realizadas a partir de cunho assistencialista, filantrópico ou propagandista é percebido nos projetos desenvolvidos pela Gerdau no distrito de Miguel Burnier. Como podemos perceber na matéria realizada em 23 de outubro de 2019 pelo Jornal Diário de Ouro Preto¹⁴, onde informou que a empresa investe em onze projetos sociais para a comunidade de Miguel Burnier como o projeto “Estação da Leitura” e a revitalização da Estação Ferroviária. Por um outro lado neste mesmo ano, com base no relatório apresentado pela Secretaria Municipal de Ouro Preto, a arrecadação mensal dos Impostos Sobre Serviços (ISS) referente ao distrito de Miguel Burnier totaliza aproximadamente R \$ 10.000.000,00 mensais, correspondendo a maior parte tributária de Ouro Preto.

O Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos-SINFERBASE¹⁵, em um estudo realizado no ano de 2013, informou que no ano anterior a Gerdau elevou sua capacidade de produção para 11,5 toneladas de minério de ferro, registrando um lucro líquido de R\$ 401 milhões no segundo trimestre desse mesmo ano, fazendo com que o estado mineiro chegasse à marca de maior produtor de ferro do país. Em Minas Gerais ela se encontra

¹⁴ Jornal Diário de Ouro Preto. Publicado em 23/10/2019. Disponível em: <https://www.diariodeouropreto.com.br/entre-o-desenvolvimento-economico-e-a-precariedade-social-moradores-reivindicam-melhorias-em-miguel-burnier/>. Acesso em: 24/04/2021.

¹⁵ Ver mais em: Gerdau elevará a produção de minério de ferro em Minas Gerais. Disponível em: <http://www.sinferbase.com.br/noticias/gerdau-eleva-producao-de-minerio-em-minas-gerais/> Acesso em: 24/04/2021.

instalada nos municípios de Congonhas do Campo, Ouro Branco e em Ouro Preto alocada no distrito de Miguel Burnier.

Esses dados apresentados permitem refletir sobre o lucro obtido pela siderurgia em detrimento às precárias condições a qual estão sujeitos os moradores do distrito citando por exemplo o excesso de poeira, o barulho das máquinas, trânsito constante bem como suas condições insalubres de sobrevivência e ainda observar a incompatibilidade referente ao lucro que a empresa obtém por meio da exploração no distrito em comparação aos programas sociais e ações que a empresa realiza no local, caracterizando meras doações de recursos e incentivo à práticas de voluntariado.

Miguel Burnier é um distrito do município de Ouro Preto-Minas Gerais, localizado aproximadamente a 40 km de sua sede¹⁶. O local possui abundância de recursos minerais e faz parte da região denominada quadrilátero ferrífero¹⁷.

Seu desenvolvimento econômico e aumento populacional no início de ocupação de suas terras, se deu em razão das siderurgias: Fábrica Patriótica (1811), Usina Wigg (1893) e Siderurgia Barra Mansa (1969) que começaram a exploração das jazidas existentes no local, dando início à territorialização de Miguel Burnier. Em períodos subsequentes, observa-se uma decadência social e econômica gerando um intenso êxodo populacional a partir das instalações das empresas: Gerdau S.A, Companhia Vale do Rio Doce, Namisa S.A- subsidiária da CNS, Ferro + Mineração-subsidiária da CNS, Mineração Lagoa Seca LTDA¹⁸.

Atentando-se a esses dois momentos vividos por Miguel Burnier, podemos perceber o processo de composição orgânica do capital que com mais detalhes foi esclarecido no capítulo anterior.

¹⁶ Dados obtidos pelo site da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Disponível em: <https://www.turismo.ouropreto.mg.gov.br/distrito/42>. Acesso em 27/09/2020.

¹⁷ O Quadrilátero Ferrífero (QF) localiza-se na porção centro-sudeste do Estado de Minas Gerais, ocupando uma área aproximada de 7.000 km². A designação “Quadrilátero” é função do arranjo geométrico de sua morfoestrutura e foi utilizada em 1933 pelo geólogo Luiz Flores de Moraes Rego, para definir a área onde estão concentradas. Trecho retirado de: **As jazidas de ferro do centro de Minas Gerais**. Geoparque Quadrilátero Ferrífero, p. 186. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/17149/quadrilatero.pdf?sequence=1>. Acesso em 26/09/2020.

¹⁸ Dados referentes às empresas instaladas atualmente, disponibilizadas no documentário: O retrato esquecido de Miguel Burnier. Ano:2019.

A lógica capitalista é fundamentada pela exploração do trabalho, produzindo mercadoria para obtenção de lucro. Observando o momento de “êxito”¹⁹ e posteriormente a decadência no distrito em termos de vida social percebe-se dois estágios do modo de produção capitalista.

No primeiro momento diz respeito ao início do fenômeno de industrialização e urbanização iniciado após a Revolução Industrial²⁰ onde os processos de trabalho adquiriram novas formatações onde o capital variável (mão de obra) é utilizado em maior grau do que o uso de capital constante (meios de produção).

A segunda fase caracteriza à crescente aplicação dos avanços científicos e tecnológicos a produção, dessa forma trabalhadores são expulsos desse processo, como foi abordado neste trabalho. A seguir, um quadro síntese do exposto:

¹⁹ O uso da palavra êxito foi utilizado considerando o período de consolidação e desenvolvimento do MPC.

²⁰ É importante salientar que a Revolução industrial resultou em transformações que reverberaram de formas discrepantes em relação aos países de capitalismo central e países periféricos, inserindo-os em uma nova divisão de trabalho. Conforme Meressi (2018, p. 30) descreve; passado o estágio da primeira revolução industrial, na sequência, os países centrais tornaram-se imperialistas e, mais uma vez, acumularam grandes capitais, que resultavam, sobretudo: i) da remuneração dos empréstimos aos países periféricos e semiperiféricos (juros da dívida pública); e ii) da “troca desigual”, mecanismo pelo qual trocavam bens industrializados, de alto valor agregado, por matérias primas, de baixo valor. Para Arrighi (1997), isso fez com que os países centrais se tornassem o lócus da acumulação e do poder mundiais, ao passo que a periferia se tornava o lócus da exploração e da impotência. Esse processo de acúmulo de recursos ao longo do tempo fortaleceu a posição dos capitais e dos respectivos Estados nos países centrais, tornando-os mais competitivos, em relação aos demais países, nos segmentos da cadeia mercantil (cadeia de valor) que proporcionam a maior geração de renda. MERESSI, Fernando Sertã. O sistema mundial e o bloqueio ao desenvolvimento dos países periféricos e semiperiféricos: uma revisão teórica. Disponível em: https://www.asecor.org.br/files/9015/2828/6959/o_sistema_mundial_e_o_bloqueio_ao_desenvolvimento_dos_pa_ses_perif_ricos_e_semiperif_ricos__uma_revis_o_te_rica_.pdf . Acesso em: 24/04/2021.

Quadro 1 – Ocupação Miguel Burnier (MG)

QUADRO COM OS GRANDES MARCOS DE OCUPAÇÃO EM MIGUEL BURNIER-MG		
1º Momento: Início do processo de ocupação territorial.	FÁBRICA PATRÍOTICA	1812
	ESTAÇÃO DE MIGUEL BURNIER	1887
	USINA WIGG	1892
2º Momento: Avanços tecnológicos e científicos de produção.	SIDERÚRGICA BARRA MANSA DO GRUPO VOTORANTIM	1969
2º Momento: Avanços tecnológicos e científicos de produção.	GERDAU	2004

Fonte: A autora.

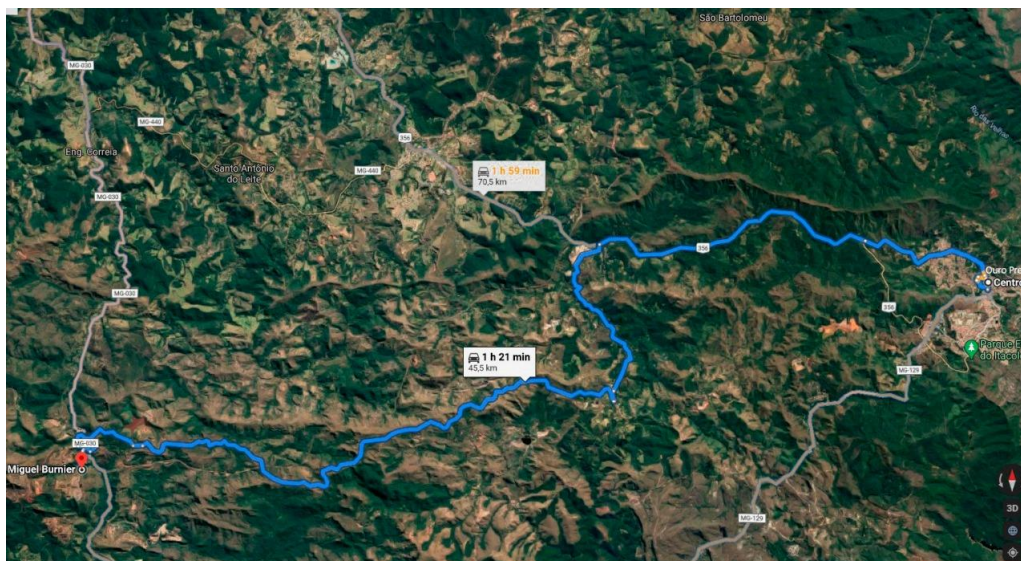
2.1 A FÁBRICA PATRÍOTICA

Esse subcapítulo apresenta o início da ocupação das terras de Miguel Burnier, por meio das siderúrgicas que se instalaram no local.

Inicialmente Miguel Burnier foi batizado como São Julião em 8 de outubro de 1929, localizado em uma região denominada Rodeio ou Rodeadouro²¹ de Itatiaia. Em relação aos outros distritos de Ouro Preto, este é o que se encontra mais afastado de sua sede, situando-se mais próximo de outras cidades como Congonhas-MG, Itabirito-MG e Ouro Branco-MG. Devido à proximidade dos outros municípios, o distrito estabelece uma dinâmica social ligada mais fortemente a essas outras cidades do que com sua própria sede. A seguir é apresentado o mapa referente a região do Rodeadouro. Conforme a figura abaixo é possível perceber o trajeto referente ao distrito de Miguel Burnier até sua sede Ouro Preto.

²¹ O território hoje denominado Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto, em princípios da colonização portuguesa, na região das Minas, estava inserido em uma vasta área denominada Rodeio, Rodeadouro ou Rodeio do Itatiaia. Tal topônimo reflete muito o processo de colonização da área: estavam a leste Ouro Preto, a norte Itabirito, a sudoeste Congonhas do Campo, a sudeste Ouro Branco – todos arraiais em princípios do século XVIII que cresciam rapidamente com os descobrimentos de ouro que se faziam ao longo de seus cursos d'água. O Rodeadouro era um ponto estratégico de interconexão entre esses locais, já que era um caminho mais facilmente traçável pelo topo da serra frente ao entorno muito íngreme. (AKINRULI, 2018, p. 60)

Figura 1 – Miguel Burnier (mapa)



Fonte: Google Maps captura – Adaptação: Wharley Christie Ferreira. Ano: 2021.

No século XVIII os arraiais cresciam rapidamente devido ao descobrimento do ouro e o Rodeadouro era tido como um ponto estratégico pois fornecia acesso fácil as regiões do entorno. Neves, Piló, Baeta (2012, p. 83) pontuam que:

A despeito da importância econômica centrípeta de Ouro Preto, o Rodeadouro, depois distrito de São Julião (Atualmente região de Miguel Burnier), sempre foi, apesar de pouco citado, o principal caminho de acesso direto às cabeceiras do Rio das Velhas, que se iniciava, por sua vez, em duas variantes: no Pires e São Julião. Entre as comarcas de Ouro Preto, rios das Velhas e das Mortes, o Rodeadouro era um entroncamento importante também ao norte, não só recebendo o tráfego das rotas ao sul e sudoeste. (NEVES, PILÓ, BAETA 2012, p. 83).

Conforme enunciado anteriormente, a seguir é apresentado o mapa do Rodeadouro:

Figura 2 – Miguel Burnier (carta)



Fonte: Fragmento das cartas da capitania de Minas Gerais, com indicação do local denominado Rodeadouro. (AKINRULI, 2018).

A partir do conceito de fixos e fluxos desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos em diversas de suas obras, podemos compreender a importância do Rodeadouro nesse período citado. Para o autor esse conceito de fixos e fluxos, permite entender como determinados elementos podem ser agentes transformadores do espaço. Barbosa (2014) em seu texto conceitua a partir dos estudos de Santos (1994) o entendimento de que fixos, são considerados objetos materiais, o que se é concreto, material, e que sofreu algum processo de transformação ou criação humana e passou a adquirir uma função, um sentido. Por exemplo, a madeira em si é apenas um componente da natureza, porém, ao ser transformada pelo homem, por meio da técnica, passa a adquirir um sentido, torna-se um objeto “mercadológico” que desempenha determinada função. De tal maneira, o espaço é construído por estes fixos, que são as casas, portos, armazéns, plantações, fábricas, dentre outros. (SANTOS, 2007, p. 82).

Com base nesta reflexão, entende-se que os fixos estão presentes nas esferas sociais e econômicas e em suas mais variadas formas. O conceito de

fluxo também está relacionado a ações, ao movimento, à prática e que é entendido como uma força que dá dinâmica aos fixos. Santos (2008, p. 62) admite que “Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam”.

Neste contexto, pode-se entender como fluxos aquilo que dá movimento aos fixos, que não é propriamente concreto, mas que depende deste para existir; está presente no campo das comunicações, das ações que fazem com que os fixos se comuniquem com outros fixos, e também estabeleça relações com outros fluxos. Santos (2006, p. 121) admite que “Os fixos e fluxos, interagindo, expressam a realidade geográfica”. Ou seja, os fixos e fluxos retrataram a realidade, acentuando as singularidades e semelhanças dos lugares na análise geográfica.

Relacionando o conceito de fixos e fluxos com o Rodeadouro, é possível considerar a sua importância na construção do espaço social de Miguel Burnier. (Santos, 1994, p. 55) como “a reunião dialética de fixos e fluxos; o espaço como conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, que são sempre relações sociais.” Por essa definição o Rodeadouro possibilitou a formação de um espaço, formado por um “sistema de objetos e um sistema de ações”.

Moraes (2007) analisa que a historiografia “recente” vem dando foco para o estudo do abastecimento e o mercado interno das Minas, imbricando os pólos consumidores com as áreas de roças e criações. Nesse contexto, “o Rodeadouro e o distrito de São Julião eram importantes nós de caminho nesse panorama de tráfego contínuo que visava o abastecimento e as trocas comerciais”. (NEVES; PILÓ; BAETA, 2012, p. 83).

A formação desses caminhos na região possui uma ligação com a implantação de propriedades rurais e capelas, pois tratava de lugares que possuíam trabalhadores exercendo seus ofícios.

Além do conceito de fixo e fluxos que permite caracterizar um determinado espaço, outro fator determinante para entender a formação de caminhos bem como a formação de arraiais é a disponibilidade de recursos naturais no local.

As relações com a natureza e com o espaço geográfico fazem parte das estratégias de sobrevivência dos grupos humanos desde as suas primeiras

formas de organização. Esses conhecimentos permitiram às sociedades se relacionarem com a natureza e modificá-la em benefício próprio.

Ferreira (2018) discute a relação homem e a natureza a partir da geografia crítica. Em seu texto o autor destaca Moreira (2009) quando o mesmo diz que a relação *sociedade e natureza* dá-se por intermédio do trabalho. Tudo é história na relação metabólica porque vem do ato do homem transformar a natureza em sociedade pelo trabalho (fala-se aqui de primeira e segunda natureza ou natureza natural e natureza socializada), que, ecologicamente, é antes de tudo um intercâmbio de força e matéria que se passa entre o homem e a natureza dentro da própria natureza, e socialmente, é o processo de transformação da história natural em história social, e vice-versa. (MOREIRA, 2009, p.14).

Essas interferências do homem, por intermédio do trabalho, influenciam nas relações da sociedade com a natureza, apropriando dos recursos naturais, como fonte de matérias primas.

Através do elucidado destacamos que o Rodeadouro configurou um entroncamento importante pois além de ser um ponto estratégico para acesso a todas regiões possibilita acesso direto a cabeceira do Rio das Velhas que é um recurso natural importante para desenvolvimento da sociedade e manutenção da existência do homem.

Se tratando de Miguel Burnier, é importante destacar que no fim do século XVIII e início do século posterior, houve a construção da Capela de São Julião dentro da Fazenda dos Caldeirões que pertencia ao capitão-mor José Alves Maciel e que são referências no processo de povoamento do local. Essas edificações possuem uma grande importância no que tange aos primórdios da ocupação de Minas Gerais, bem como no período de exploração do ouro na colônia, pois relaciona-se a um episódio da história que é a Inconfidência Mineira²². As duas famílias mais poderosas daquela época Álvares Maciel e Freire Andrade, estavam envolvidas na conjuração e cujo cenário também envolveram as terras hoje pertencentes a Miguel Burnier. (AKINRULI, 2018, p. 69).

²² Ver mais em: SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972, p. 446.

Em 1811 inicia-se a fundação da Real Fábrica Patriótica de Ferro para início da exploração de ferro no distrito, comandada pelo alemão Barão Ernest Von Eschwege que estava a serviço da corte portuguesa, Wilhelm e outros que ali estiveram. Sua origem é realizada a partir de uma carta enviada pelo conde da Palma ao Ministro Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 20 de agosto de 1811, propondo a criação de uma sociedade para produzir ferro nos arredores de Vila Rica.²³

Em relação a essa produção de ferro nos arredores de Vila Rica, remete ao período da crise do ouro na cidade e como tentativa de continuidade no que diz respeito à produção e extração de minerais, os arredores de Vila Rica foram ocupados.

A partir daquele movimento, o governo bragantino percebeu a necessidade de estudos mais específicos sobre as técnicas de mineração, no intuito de reanimar a decadente produção aurífera e promover a exploração de outros minerais, a exemplo do ferro. (AKINRULI, 2018, p. 91).

Em relação ao nome dado à fábrica foi possível perceber uma disputa territorial pela narrativa a partir dos estudos de Akinruli (2018) e de Pinho; Neiva (2012). Akinruli (2018, p. 91) em seu texto justifica a escolha do nome como: “a Fábrica de Ferro do Prata ou Usina Patriótica – reforça nesse léxico a função dos que defendem a manutenção da colônia em oposição àqueles que lutaram pela conjuração”.²⁴

No entanto, a partir das referências de Pinho; Neiva (2012, p. 16) foi apresentado como justificativa o seguinte fato; “considerando que o nome ‘Patriótica’ refere-se a uma homenagem ao pioneirismo e ao empreendedorismo de Eschwege, que trouxe a técnica da siderurgia para o Brasil à época”.

E por que patriótica? Certamente, por conta da coragem, da vontade e talvez mesmo do amor de um viajante a um torrão estrangeiro, a uma nova origem possível, a um constante começar. [...] Fábrica Patriótica, talvez, pela austeridade típica de um engenheiro ou pela simplicidade de quem domina o ofício e não se importa em multiplicar seu saber, dividindo seu conhecimento, perpetuando a técnica. (PINHO; NEIVA, 2012, p.16).

²³ O distrito de São Julião nos períodos joanino e monárquico. NEVES, Marcus Duque. Capítulo 6. Pág. 102. In: BAETA, Alenice. PILÓ, Henrique. Miguel Burnier Marcas Históricas: Ouro Preto. Belo Horizonte, Gerdau, 2012.

²⁴ Menciona o período que remete a Inconfidência Mineira.

As atividades na Fábrica Patriótica iniciaram em 12 de dezembro de 1812 e acabou ficando conhecida como a pioneira em produzir ferro no Brasil, ganhando o título de empreendimento precursor no marco da siderurgia no que tange a produção de ferro. Porém há alguns estudiosos que questionam esse pioneirismo atentando para alguns registros do século passado onde registram atividades relacionadas a produção de ferro, bem como ressaltar que próximo a sua fundação foram construídas as Reais Fábricas de São João do Ipanema/ SP (Sorocaba) e a Real Fábrica do Morro do Pilar. (PINHO; NEIVA, 2012, p. 62).

Apesar dessa indagação, o que não se pode contestar é que a Patriótica foi uma fábrica bem-sucedida no período oitocentista.

A Fábrica Patriótica foi uma referência para as outras instalações siderúrgicas do Estado de Minas Gerais. Os conhecimentos de Eschwege foram essenciais para o desenvolvimento da exploração mineral no Estado. Tratava-se de um projeto piloto, pioneiro no Brasil, que iniciou o processo de mineração no país. (PAULO, 2019, p. 87).

Pinho e Neiva (2012, p. 63) assinalam que quando a produção se consolidou em grande escala industrial, inicia-se a formação de um pequeno grupo industrial, composto por trabalhadores livres bem como senzala de pessoas escravizadas e como muito bem ressalta Paulo (2019, p. 87) “quando pontua que o nascimento do distrito de Miguel Burnier coincide com o surgimento da siderurgia no Brasil, portanto seus bens culturais são resquícios de um período de desenvolvimento econômico e industrial do país, que são relevantes para a história nacional.”

Em relação a afirmação realizada por Paulo (2019) quando destaca a relevância da Patriótica para a história nacional, deve-se considerar a intencionalidade da história, entendendo que essa exaltação feita ao êxito obtido pela fábrica interessa e é importante para a classe dominante, pois indica a construção de um empreendimento que possibilitou a geração de lucros em detrimento da exploração da mão de obra de muitos dos trabalhadores que contribuíram para a construção desta.

Para iniciar a exploração de ferro pela Fábrica Patriótica foi necessária a utilização de mão de obra. Eschwege a princípio indicou o trabalho livre levado pelos ideais que cercavam a Europa naquela época; “após tentativas infrutíferas

de fazer a fábrica funcionar com trabalhadores livres, decidiu-se pelo aluguel de pessoas escravizadas.” (PINHO; NEIVA, 2012, p. 67).

A partir dessa colocação feita por Eschwege onde opta posteriormente para a utilização de alugueis de pessoas escravizadas ao invés de continuar com a mão de obra realizada por trabalhadores “livres”²⁵ é feita a partir da justificativa de que os homens livres depois de aprenderem o ofício abandonaram a fábrica e montavam sua própria forja. As pessoas escravizadas alugados assim que aprendiam o trabalho também eram retirados da fábrica, pois para seus donos era mais vantajoso que se operassem as forjas em suas próprias fazendas. O que fez com que mais uma vez a estratégia do barão fosse revista fazendo com que a solução encontrada para a mão de obra fosse comprar pessoas escravizadas.

Eschwege revelou certa vez que uma das suas maiores dificuldades com a instalação da usina se tratou de conseguir pessoal permanente no serviço de feitores, em quem se pudesse confiar. Havia inúmeras considerações negativas sobre o trabalho escravo, sobretudo no trato com o carvão para alimentar os fornos, o que levou o barão a optar inicialmente pela mão de obra livre. Todavia, após tentativas infrutíferas de fazer a fábrica funcionar com trabalhadores livres, decidiu pela compra de pessoas escravizadas, o que lhe permitiu um trabalho melhor, no sentido de ser mais lucrativo e vantajoso, na sua percepção. (AKINRULI, 2018, p. 99).

Eschwege ainda declarou que seria quase impossível prosperar uma indústria no Brasil que dependesse do trabalho de homens livres: “todas as empresas tropeçar em obstáculos invencíveis, assim que o tráfico de africanos for extinto. Assim, todos os setores da indústria brasileira sofrerão as funestas consequências dessa medida”. (AKINRULI, 2018, p. 100).

O pensamento do barão quando considera que nenhuma empresa adquiriria êxito após a extinção do tráfico de africanos remete a ideia de que somente quando realizou a compra de pessoas escravizadas, foi possível iniciar a operação da fábrica, ainda que não fosse sua intenção inicialmente. Como cita Neves (2012): “Eschwege comprou então, a contragosto, 20 pessoas escravizadas. Em 1831, a fábrica operava com 55 trabalhadores escravizados.” (LIBBY, 1988 *apud* NEVES, 2012, p. 105).

²⁵ Entende-se como livres os trabalhadores que podiam vender a sua força de trabalho.

Depois da questão da mão de obra, outro entrave encontrado foi o problema de escoamento da produção e de recebimento de carvão. A construção da Fábrica se deu em uma fase anterior à construção de ferrovias. “As mercadorias circulavam por meio de animais, o que dificultava o acesso e tempo de chegada fazendo com que a fábrica ficasse sem insumos necessários para a produção, o que acabou contribuindo para o seu fechamento no ano de 1822.” (PINHO; NEIVA, 2012, p. 68-70).

No entanto Neves (2012, p. 103) chama para um documento que indica o funcionamento da Patriótica em anos posteriores.

Até o final da década de 1980, acreditava-se que a fábrica fecharia após o retorno de Eschwege e Schonewolf à Europa, em 1821. Porém, no Mapa de População de 1831, dez anos depois, aparece a Fábrica Patriótica em pleno funcionamento, informação descoberta e coligida a partir dos Mapas de População do século XIX, em um amplo estudo de Douglas Cole Libby. (LIBBY, 1988, *apud* NEVES, 2012, p. 103).

Além desses entraves citados Akinruli (2018, p. 100) frisa outras questões que foram decisivas para o fechamento da Fábrica como a limitação do comércio, a falta de comunicação, o escoamento da produção como um dos principais problemas para a implantação de uma grande fábrica que atendesse a demanda regional.

Pinho e Neiva (2012, p. 69) dizem, referentes aos produtos que estes eram onerados pelos custos do transporte dos portos marítimos até as províncias do interior e pelas despesas nas fronteiras, como assinalou o próprio Eschwege. “Para algumas regiões que não possuíam fábricas de ferro nas proximidades, a aquisição do metal importado era economicamente mais viável que a compra do ferro nas Minas Gerais”.

Apesar dos entraves apresentados, o barão considerou que a Usina Patriótica apresentou os resultados esperados e, por isso, os acionistas teriam ficado satisfeitos nos primeiros anos de funcionamento. Para ele, as suas instalações produziam ferro em qualidade e quantidade idênticas às fábricas dos suecos (Ipanema/SP) e da Câmara (Morro do Pilar/MG). A escolha para a implantação das siderúrgicas citadas nesses respectivos locais, se dá devido a abundância de recursos minerais, mas que em contrapartida não prospera devido à falta de outros recursos necessários para a manutenção das fábricas,

como por exemplo a água, um recurso natural necessário para funcionamento de siderurgias. Refletindo sobre a utilização da água para as empresas manterem o seu funcionamento, atenta-se para a falta de água muitas vezes para a população onde há instalação dessas empresas.

Com o seu fechamento, as estruturas da fábrica sucatearam em razão da não utilização. A representatividade e o valor histórico-cultural de suas estruturas, que guardam o berço da siderurgia nacional, permaneceram ao longo do tempo. As ruínas desta fábrica foram tombadas pelo IPHAN em 30 de junho de 1938, sob o processo 0031-T-38.²⁶

É necessário pontuar que a importância dada à fábrica é relevante como já dito anteriormente à classe dominante e também para o Estado. A construção da Patriótica no distrito de Miguel Burnier configurou um espaço de acordo com as necessidades do capital. Isso implica em uma construção, desconstrução e destruição de um espaço a partir de uma dominação territorial.

Souza (1995, p. 78) em *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*; conceitua território a partir de um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, entendendo que o território é essencialmente um exercício de poder de quem domina e de quem influencia nesse espaço e como isso é feito.

A instalação dessa fábrica no distrito contribui para o início da formação do povoado. Assim pode-se dizer que a construção de empreendimentos industriais que utilizam de recursos da natureza em um determinado espaço utilizando o discurso de “desenvolvimento econômico”, ocasiona um processo de acumulação desigual – gerando lucros para a classe dominante e para a comunidade promove a intensificação das expressões da questão social.

“O que se pretende destacar de antemão é que assim como a formação do distrito onde atualmente é Miguel Burnier forma-se com a siderurgia, é também ela a responsável pelo processo de morte social que é visto atualmente no local e que será abordado posteriormente.” O poder sobre o uso do território tem sido desde sempre ditado pelas empresas que ocuparam esse espaço, bem como reforçado pelo Estado que contribui diretamente para com os interesses

²⁶ Prefeitura Municipal de Ouro Preto: Dossiê de Tombamento do Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier. Ouro Preto, 2012.

empresariais. Dessa forma amplia-se as expressões da questão social e ainda acarreta a destruição ambiental e social em prol dos interesses daqueles que detém os meios de produção onde o espaço serve para garantir a manutenção da lucratividade e acúmulo do capital.

2.2 A ESTAÇÃO DE MIGUEL BURNIER

Akinruli (2018, p. 102) em seu texto discorre sobre a história da fabricação do ferro e do transporte ferroviário e pontua como esses feitos impulsionaram a construção das linhas férreas no país, possibilitando uma reestruturação das fábricas de ferro e a ampliação da comercialização de seus produtos. As ferrovias mudaram profundamente a questão de como eram organizados o comércio e o transporte em Minas Gerais, recordando que o transporte e a circulação de bens eram realizados anteriormente por animais.

Em 1869 as ferrovias se espalham pelo Brasil e com isso permitiu com que se estabelecesse uma na rede de comunicação e também o escoamento de produtos a partir da política de concessões governamentais.

A rede de comunicação ampla juntamente com a facilidade de mobilidade adquirida após a construção das ferrovias pode ser entendida a partir de Santos (1998) quando reflete sobre os circuitos espaciais de produção. Para o autor discutir esses circuitos é discutir a espacialização da produção, distribuição – troca – consumo com movimento circular constante.

Para ele a difusão do transporte e da comunicação possibilita a interação de uma região a outra, o que cria a possibilidade de uma especialização produtiva no sentido de que não mais é necessário produzir tudo para a subsistência em uma determinada região, pois é possível a possibilidade da troca, a partir da inserção da ciência e tecnologia:

A diminuição relativa dos preços dos transportes, sua qualidade, diversidade e quantidade, cria uma tendência ao aumento de movimento. O número de produtos, mercadorias e pessoas circulando cresce enormemente, e como consequência a importância das trocas é cada vez maior, pois elas não apenas se avolumam como se diversificam. (SANTOS, 1988, p. 18).

Minas Gerais nas décadas de 1870 e 1880 recebe novo fôlego para implantação de novos empreendimentos e nessa nova onda de “melhoramentos” é realizada a inauguração da estação de Miguel Burnier, na época foi denominada como Estação de São Julião, construída pelo engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier e que também foi diretor da construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II (EFP), que a partir de 1889, passou a se chamar Estação Ferroviária Central do Brasil responsável por interligar o Rio de Janeiro, capital brasileira da época, a Ouro Preto até então capital mineira. (PAULO, 2019, p. 88).

Sobre a data referente à sua inauguração, há divergências em determinadas fontes. Os escritos de Neves, Piló, Baeta (2012, p. 90), Paulo (2019, p. 88), Akinruli (2018, p. 103) e Crespo (2015, p. 194) apresentam como data de inauguração o ano de 1887. Porém em páginas subsequentes dos estudos realizados por Neves, Piló, Baeta (2012, p. 93) e também nos estudos realizados por Crespo, Queiroz (2016, p. 4) apresentam a data de 17 de junho de 1884 ambos utilizando como referência os escritos de Vasconcelos (1928 e 1948).

Outro dado encontrado nos estudos de Neves, Piló, Baeta (2012, p. 116) a partir da referência de A província de Minas, 30/07/1884, apresenta essa citação que direciona a validar mais a data de 1887, considerando que o diretor Miguel Noel Nascentes Burnier, faleceu na data de 29 de junho de 1884 de um súbito ataque cardíaco.

A estação de São Julião, construída e inaugurada com atraso em 16 de julho de 1887, com uma pomposa festa, foi batizada agora com o nome do falecido engenheiro Miguel Burnier. Estavam presentes figuras ilustres do governo provincial e da EMOP. (NEVES, PILÓ, BAETA, 2012, p. 116).

Nos dias de hoje a estação foi nomeada como Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier e foi tombada pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto pelo Decreto nº 2.468 de 18 de novembro de 2010.²⁷ Sua construção contribuiu com o crescimento populacional no local como é sinalizado nesse trecho:

²⁷ Prefeitura Municipal de Ouro Preto: Dossiê: Dossiê de Tombamento do Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier. Ouro Preto, 2012.

Aos poucos, a área de crescimento da região foi se deslocando para as proximidades da estação ferroviária. Levas de migrantes e imigrantes se estabeleceram no novo povoado que começava a se formar em São Julião. A população, que antes estava esparsa pelo enorme território do Rodeio, Chiqueiro e Papa-Cobras começou a se aglutinar em ponto estratégico (OURO PRETO, 2010 *apud* PAULO, 2019, p. 88).

2.3 A USINA WIGG

A partir das referências de Akinruli (2018, p. 105), a Usina Wigg foi à princípio fundado em março de 1892 pela firma J. Gerspacher & Cia nas imediações da Estação de Miguel Burnier, onde foi instalado um alto-forno para doze toneladas de minério, empregando como combustível carvão de madeira, produzido em sua propriedade. Esse alto forno foi inaugurado em 14 de setembro de 1893 logo após a imprensa noticiar a presença de manganês com alto teor de pureza naquelas paragens.²⁸

Carlos Galigniano da Costa Wigg era sócio majoritário dos altos fornos instalados e no mesmo ano instalou a siderúrgica Usina Wigg, que funcionou sob sua direção geral por quatro décadas.

A usina passou por muitos percalços desde sua construção até o momento final do seu funcionamento. Vários motivos confluíram para isso como questões técnicas, escoamento de produção e também alterações no contexto político.

Após a instalação da Estação Ferroviária de Miguel Burnier surge um segundo momento de desenvolvimento socioeconômico na região de Miguel Burnier.

A Usina Wigg destinava-se à extração de minério de ferro, produção de ferro gusa e extração de manganês. A construção da Estação Ferroviária de Miguel Burnier favoreceu a construção da Usina Wigg, pois a estação possibilitou um entroncamento entre as cidades de Ouro Preto – capital da província de Minas Gerais com o Rio de Janeiro – capital da província na época, por meio das ferrovias que transformaram o comércio e o transporte em toda as Minas Gerais.

²⁸ Nesse trecho referência utilizada por Akinruli (2018, p. 105): SENNA, Nelson Coelho de. *Anuario de Minas Geraes*. Anno I. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906, p. 73.

Em Minas Gerais houve a construção da linha Oeste de Minas, no ano de 1880 e que possibilitou o desenvolvimento das localidades agrícolas nas paragens do Rio Paraopeba e também a ferrovia Ferro Dom Pedro II, denominada posteriormente de Estrada de Ferro Central do Brasil que foi fundada em 1874 e realizava o itinerário Ouro Preto a Rio de Janeiro, ferrovia a qual utilizou da estação de Miguel Burnier em suas paragens. Assim pela nota técnica nº 13/2011, elaborada pela Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, descreve a relevância que o distrito ganhou em termos sociais e populacionais:

A parada em Miguel Burnier era obrigatória, pois ali era feita a baldeação de trens, fazendo com que os passageiros descessem na estação e ali permanecessem por algum tempo, e conforme o destino, até pernoitaram. Tais circunstâncias influenciaram o desenvolvimento urbano local, resultando na construção de novas edificações e abertura de novos estabelecimentos comerciais, tais como o hotel e o restaurante que atendia aos viajantes. Em 1934, inaugura-se a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, cujas dimensões e a arquitetura demonstram que naquela época o distrito encontrava-se bastante desenvolvido. (MINAS GERAIS, 2011, *apud* PAULO, 2019, p. 91).

A Estação Ferroviária e a construção da Usina Wigg ofereceram uma nova conformação ao local, a comunidade começou a se formar e o comércio começou a se desenvolver a partir dessas instalações se tornando um ponto de referência para a região. A partir da citação de Paulo (2019):

A vila era ponto de parada e de troca de linha – tanto para a viagem para Ouro Preto, como para Belo Horizonte. A economia do povoado se diversificou, com variados armazéns e até comportando um hotel – o Grande Hotel de Miguel Burnier, que acolhia os passageiros que pernoitavam na localidade e que comportava em suas dependências um pequeno cinema. Deste modo, o número de habitantes cresceu rapidamente. (OURO PRETO, 2010, *apud* PAULO, 2019, p. 91).

Nos primeiros dez meses de funcionamento da usina, os proprietários dedicaram-se a exploração de minério de manganês, pois partiram da premissa que a produção de minério de ferro exigiria muitos investimentos, considerando o capital e o tamanho das instalações. O ferro gusa era destinado à exportação do mineral bruto e também para o beneficiamento de peças de utilidades comuns como sapatas de freios, chapas de fogão, caixas-d'água, engenhos de cana e

tubos de ferro fundido para distribuição de água em um mercado que tinha grande demanda, ferro em chapas, vigas e desmanchado de obras, cilindros, trilhos, arados, ferragens, armas, rodas e diversas peças de máquinas, colheres, enxadas, foices, machados, cravos, freios, ferraduras, esporas, armações diversas”. (AKINRULI, 2018, p. 104).

A partir do crescimento da siderurgia com a produção se ampliando, iniciou-se uma concorrência no cenário econômico e político, devido a um discurso que considerava que a indústria de ferro era uma base para a chamada civilização moderna.

Um dos momentos de alteração política a qual a siderurgia vivenciou foi a partir do Decreto nº 8.414 de 7 de dezembro de 1910, onde o Presidente da República Hermes da Fonseca e do decreto posterior nº 8.579 de 22 de fevereiro de 1911, onde concedeu a Wigg, várias concessões para montagem de altos fornos para expandir a produção e atender as necessidades do mercado.

A produção de ferro e a construção de ferrovias dialogam. O ferro produzido em larga escala impulsiona a construção de linhas férreas e a ampliação das ferrovias contribui com o escoamento dos produtos produzidos.

É a partir da Usina Wigg que Miguel Burnier adquire os traços industriais, sua construção foi planejada estrategicamente com o traçado da linha do trem. Possivelmente sua localização contribuiu para os anos de êxito do seu funcionamento; congregava um local adequado, com os recursos minerais a pouca distância do local de beneficiamento.

Abundância de reservas vegetais para a produção de carvão; águas em fatura para a movimentação de maquinário de forças hidráulicas pensando em sua operação e ampliação; malhas ferroviárias para o escoamento da produção. [...] fatores de rápida estabilidade da empresa, [...] e a presença em São Julião de depósitos de calcário, material indispensável ao funcionamento dos altos-fornos. (AKINRULI, 2018, p. 106).

Na primeira década do século XX o governo brasileiro e demais outros governos da América Latina, adotaram uma política forte que impulsionava o protecionismo industrial. Uma forma de adquirir independência econômica e seguridade nacional. Essa ideia foi fomentada a partir do crescimento das indústrias e do pensamento de que o afloramento dessas permitiriam a

independência econômica. Para isso iniciou-se o incremento de incentivos para proteger e fomentar o seu desenvolvimento. Essa ação foi desenvolvida na indústria de bens de produção, a partir de financiamentos governamentais em empreendimentos particulares. Akinruli (2018 p .106), ressalta o panorama histórico a qual essa ação se fez mais valorizada. Em períodos de guerras mundiais as indústrias de base foram mais valorizadas e assim fortalecendo ainda mais um pensamento nacionalista que identificava um futuro promissor na industrialização brasileira que poderia ser responsável para o crescimento nacional, base da soberania.

Logo após a morte de Carlos Wigg, a siderurgia alterou o seu nome para Usina Wigg S.A devido a necessidade de adequação às legislações vigentes da época que tinha como pauta a modernização do processo produtivo e injeção de recursos financeiros. Nesse período, a esposa de Carlos Wigg que sempre participou do funcionamento da empresa, já não fazia mais parte do seu corpo corporativo.

Neves (2012, p. 141) aponta sobre o período da década de 30 onde iniciou um período de recessão intensa que manteve a usina em um período de inconstância nos negócios. O aumento populacional do distrito e a crise da usina aumentaram o desemprego no local.

A morte de Wigg aconteceu em 1931 e com ela houve o abandono de alguns projetos da usina. Em 1940 com a perspectiva de uma nova guerra na Europa abriu uma fase propícia para o setor siderúrgico. Em contrapartida o autor salienta que foi a década de menores salários para os trabalhadores. Em 1941, a empresa novamente teve seu nome alterado passando a se chamar Mineração e Usina Wigg S.A.

Em 1969 houve a usina foi desativada sendo posteriormente assumida pelo grupo Votorantim, que no mesmo ano inaugurou a siderurgia Barra Mansa que em suas atividades havia a produção de ferro, extração de minério e pedras, produção de carvão e reflorestamento. (GERDAU-ACERVO USINA WIGG *apud* Neves, 2012, p. 145).

2.3.1 DADOS SOBRES AS CASAS DOS TRABALHADORES NO PERÍODO DA USINA WIGG

Akinruli (2018) em sua tese apresenta dados importantes sobre o contexto dos trabalhadores no período da Usina Wigg. Suas referências sobre os imóveis, número de trabalhadores bem como a condição a qual eles viviam foram retiradas em maioria dos arquivos pessoais da Gerdau. Como o período atual não nos permite pesquisas presenciais, utilizarei dos dados apresentados em sua pesquisa no que tange esse aspecto na íntegra entendendo a sua relevância.

Pelas fontes utilizadas por Akinruli (2018), no ano de 1905 a Usina possuía 373 casas com um índice de ocupação de 90%. A usina possibilitou que vários trabalhadores viessem para o local em busca de trabalho relacionados à mineração. A condição desses trabalhadores não condizia com o êxito lucrativo que a siderurgia havia obtido. As casas eram simples, em maioria de pau a pique e coberta com zinco. E, também algumas casas de tábua com cobertura de capim, barracos de pau a pique com cobertura de capim “concertados”. Relata-se raras as casas que tinham em sua construção a utilização de tijolos e seu teto de telhas. Fora essas construções, ainda existiam os barracões cobertos de ferro.

Em 1903, residiam nas propriedades de Wigg cerca de 2.000 pessoas, sendo que 300 eram trabalhadores em sua mina de manganês. Dentre as pessoas que residiam no local, haviam os serviços médicos, farmácia, o armazém para o fornecimento de alimentos bem como o local para desenvolvimento da vida escolar e religiosa. Criou-se nesse ambiente a chamada vila operária onde além do emprego da sua força de trabalho, os trabalhadores ainda permaneciam imbricados com a empresa na sua vida social entendendo que a as vilas operárias possibilitam que a empresa interfira na vida de seus funcionários, de forma que se entenda o cotidiano, as práticas e as cultura dos trabalhadores;

Em geral, as vilas operárias foram difundidas, tanto pelos poderes públicos quanto pelas elites, como um meio eficaz de controle da população pobre, alimentando assim expectativas de ordenação do espaço público. Acreditava-se na ação do meio como ambiente formador do homem, e a implantação das vilas operárias foi vista como evidência da validade e viabilidade das teses de uma sociedade calcada nos ideais de “civilização” e “progresso”. (SANTOS, 2017, APUD AKINRULI, 2018, p. 113).

É importante refletir sobre as vilas operárias que são recorrentes até os dias de hoje. Esse período referente a implantação e posteriormente ampliação da usina Wigg, remete ao tempo histórico onde houve a transferência do trabalho escravo para o assalariado. As relações de trabalho mudaram, a forma como a sociedade era organizada que antes era organizada a partir da monarquia passou a ser república. As vilas operárias se encontram fortemente até os dias de hoje porque são funcionais a ótica burguesa.

2.3.2 O CONTEXTO DOS TRABALHADORES

É importante dizer sobre os trabalhadores que “atuaram” durante esse processo de “desenvolvimento” dessas instalações em Miguel Burnier. Como já foi citado anteriormente, a história dos trabalhadores em Miguel Burnier inicia desde o período em que o lugar era dito como Rodeadouro, posteriormente São Julião e até os dias de hoje Miguel Burnier.

Esse trabalho se inicia no início do século XVIII onde a mão de obra utilizada era a escrava que tinha como função plantar e minerar, mas tendo como o foco o minerar porque como muito bem vem sido reformulado por historiadores recentes como em *Subsistência e poder, Desclassificados do ouro* e outros, o período de ascensão da exploração de minério provendo lucros para alguns, e que para o outro lado foi um período de um caos de fome imenso.²⁹

Observa-se nessa região a primeira mão de obra utilizada foi a escrava e, nos anos posteriores ainda sendo utilizado essa mão de obra, iniciaram as primeiras mudanças relacionadas ao início da modernização.

Diante disso uma questão pertinente a esse processo é refletir sobre como a partir da facilidade de locomoção e de novas tecnologias permitiu que novos ideários chegassem de forma que após o arrefecimento da exploração aurífera e as transformações no sistema colonial interferiram também na organização e mobilização dos trabalhadores.

²⁹ Nesse trecho, discuto com minhas palavras a partir dos escritos de BAETA, Alenice. PILÓ, Henrique. Miguel Burnier marcas históricas: Ouro Preto. Belo Horizonte: Gerdau, 2012, p. 122.

O século XX foi norteado por uma nova visão de mundo devido ao movimento da *Belle Époque* que no Brasil se apresentou por meio de um movimento de modernidade desigual onde as elites beneficiárias defendiam suas ideias liberais enquanto os trabalhadores se aglutinavam nas periferias das cidades industriais. Neves (2012, p. 122) entende que esse movimento se apresenta de forma incompleta no distrito de São Julião, pois se tratava de um lugarejo rural onde se implantava uma indústria com vínculos diretos em benefício de projetos modernizadores.

Nesse período já havia as lutas sindicais, o movimento operário em Minas Gerais se identificava com os ideais dos trabalhadores do Rio de Janeiro; onde buscavam objetivos imediatos e palpáveis como aumento de salário, jornada de trabalho e melhora de salubridade, mas que também existiam alguns intelectuais anarquistas que buscavam por uma sociedade mais igualitária. Ainda a partir das considerações de Le Ven & Neves (1996), analisam que as relações de trabalho no distrito de São Julião no início da República sofreram uma grande influência da igreja católica guiada pela Encíclica *Rerum Novarum*, criado em 1891, no papado de Leão XIII e que a partir de seus princípios, organizaram em Minas Gerais diversas organizações católicas.³⁰

Além da influência de Carlos Wigg, a sua mulher Sra. Alice Wigg, mantinha a relação da empresa com a comunidade buscando orientar os trabalhadores de forma que fossem bons funcionários, para que recebessem prêmios e auxílios e essa ação era defendida também pela própria comunidade, devido aos princípios doutrinários recebidos. (NEVES, 2012, p. 123).

Essa função desempenhada pela Sr. Wigg, era funcional para que os trabalhadores fossem “disciplinados” por meio de ideias tradicionais de forma que fossem criadas uma ideia de submissão sem questionamentos entre o

³⁰ Um adendo sobre esse trecho é também ressaltar que nesse mesmo período as relações de trabalhos nos principais centros industriais como São Paulo e Rio de Janeiro, apresentavam uma outra conformação. Nesse período, o movimento operário no Rio de Janeiro lutava por aumento de salário, limitações da jornada de trabalho e melhoria de trabalho. Em São Paulo o predomínio se deu do anarcossindicalismo que pretendia a transformação radical mediante a implantação de uma nova sociedade igualitária. NEVES, Marcus Duque. A Usina Wigg. In: BAETA, Alenice. PILÓ, Henrique. Miguel Burnier Marcas Históricas: Ouro Preto. Belo Horizonte, Gerdau, 2012. APUD LE VEN, Michel Marie & NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: Trabalho e Sindicato, cidade e cidadania (1887 - 1990). 77-106. In: DULCI, Otávio Soares & NEVES, Magda de Almeida (Orgs.) Belo Horizonte: Poder, política e movimentos sociais. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

relacionamento entre patrão e empregado, bem como uma difusão da doutrina católica. Alice Wigg desempenhava funções caritativas se envolvendo principalmente com as famílias dos operários da usina. Assim como podemos ver em Neves (2012, pag. 123);

As disposições da Encíclica Rerum Novarum, ali no distrito de São Julião, encontraram lugar fértil para sua aplicação, pois toda a sua tradição católica local, assim como o isolamento rural, pôde tornar a povoação de São Julião, depois Miguel Burnier, uma experiência de aplicação dos princípios contidos na Encíclica. Ela previa as obrigações recíprocas entre empregados e patrões (ponto 12; reiterou a **sacralidade da propriedade** particular (pontos 3, 4, 5, 6 e 23); condenava as greves (ponto 24) e convidava toda a classe operária a unir-se em associações operárias católicas (ponto 34, 35 e 36). A base do relacionamento entre os patrões e os empregados era a caridade dos primeiros para com os segundos, (ponto 12, 18 e conclusão). Os segundos deveriam obedecer aos primeiros (pontos 12, 23, 24). (NEVES, 2012, p. 123). Grifo meu.

A partir dessa ação realizada pelo Sr. Wigg podemos claramente relacionar com o surgimento do Serviço Social, no tocante a seu surgimento que se dá vinculado a igreja com o intuito de amenizar as rebeliões causadas pelas precárias condições de trabalho e pelas mazelas causadas por esse modo de produção capitalista por meio de ações vinculadas a caridade realizada por meio das damas de caridade:

A consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem – se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, o apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa de seus interesses. Paralelamente, sua posição de classe lhes faculta um sentimento de superioridade tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção. (IAMAMOTO, 2011, p.183).

Não somente é justificável a ação feminina social como ainda é indispensável (...) não tem mulher na sociedade a missão de educar? Imagem a restauração da família sem a cooperação da mulher: a remodelação da mentalidade, de hábitos e de costumes que irão depois influir na economia e nas leis do país, tem de ser, toda ela, trabalho da mulher, em qualquer classe da sociedade. (IAMAMOTO, 2011, p.183).

Outro contexto importante para se analisar as transformações que ocorreram no que tange o contexto político-econômico, se referindo aqui ao

discurso tomado para o “desenvolvimentismo” e também pela “modernização” e como isso alterou as relações entre empregador e patrão. Pensar como essas mudanças interferiram na questão da venda de força de trabalho dos trabalhadores que trabalhavam em Miguel Burnier. Esse recorte será feito a partir dos anos de 1887-1930, posteriormente os finais do século XIX e início do XX, observando a passagem da mão de obra escrava para a livre, observando os períodos de ascensão e decadência da geração de lucros desses empreendimentos e como se deu a organização dos trabalhadores.

Como já dito anteriormente, a primeira construção realizada em São Julião foi a Fábrica Patriótica onde a mão de obra utilizada era a escrava. Posteriormente, já na construção da Usina Wigg a mão de obra já era livre e esses trabalhadores que já haviam trabalhado na construção da ferrovia central do Brasil, anteriormente denominada (Estrada de Ferro de Dom Pedro II), foram os primeiros trabalhadores a organizar algum tipo de organização trabalhista.

2.4 SIDERÚRGICA BARRA MANSA DO GRUPO VOTORANTIM

A Siderúrgica Barra Mansa S. A, subsidiária do Grupo Votorantim iniciou suas atividades no distrito de Miguel Burnier no ano de 1969, sendo efetivado no ano de 1971 onde houve o processo de encampação da Mineração e Usina Wigg S. A. pela Siderúrgica Barra Mansa S. A. (Grupo Votorantim). Como dito por Akinruli (2018, p. 129) e que também pode ser observado nos relatos dos moradores referente a esse momento no distrito, marca de forma significativa a memória no local da geração de adultos e idosos que ainda permanecem no local. Isso se dá devido ao período de desenvolvimento que foi vivenciado durante a atuação da empresa no distrito.

Sua atuação no local se dá até o ano de 1996 quando a empresa apresenta falida devido algumas negligências por parte do supervisor que manipulava o processo de alto-forno da empresa. A partir desse ano, inicia o momento em que Miguel Burnier encaminha-se para as ruínas devido ao desemprego que é desencadeado em massa e também a desocupação do local por parte dos moradores. “A Siderúrgica Barra Mansa foi desativada no ano de 1996. O fechamento da siderúrgica de Miguel Burnier ocasionou a saída de

grande parte da população, associada ao próprio empreendimento” (PILÓ; SCHARLÉ; BAETA, 2012, p. 159).

Com o abandono das atividades, o distrito enfrentou sua pior crise, refletida no êxodo populacional: em 1996 o distrito possuía, segundo dados do IBGE, 1.279 habitantes, em 2000 esse número caiu para 954. Com o fechamento da indústria, todo município também sofreu: a população do município decaiu entre 1991 e 1996: de 62.514 para 61.633 habitantes, fato notório se considerarmos que entre 1950 e 1991 a população ouro-pretana só havia crescido. (OURO PRETO, 2010, p. 111).

Paralelo a esse momento, o Brasil vivenciava o processo de implementação da malha rodoviária o que gerou o sucateamento e a desativação das ferrovias brasileiras. Assim sendo a ferrovia que passava por Miguel Burnier, também sobre essa desativação: “A ferrovia em Miguel Burnier sofreu o processo de sucateamento em função da política nacional de primazia das rodovias, sendo que a Rede Ferroviária Federal entrou em processo de liquidação em 1999, sendo extinta em 2007”. (OURO PRETO, 2010, p. 111).

As desativações da indústria siderúrgica no distrito e da estação ferroviária provocaram um processo intenso de esvaziamento e decadência de Miguel Burnier. O encerramento das atividades impactou diretamente a vida dos moradores de Miguel Burnier que ali vivem, majoritariamente, em função de ambos os empreendimentos. Finda as oportunidades de trabalho, os moradores não conseguiram ser absorvidos por outros mercados de trabalho na localidade, optando por deixar o distrito. (PAULO, 2019, p. 94).

2.5 GERDAU

Como já citado anteriormente que a partir do fechamento da Siderúrgica Barra Mansa e a extinção das ferrovias, o distrito vivencia um período de decadência social e alterações das perspectivas do território. Logo após o fechamento da Siderúrgica várias famílias deixaram a comunidade incitadas pela própria empresa.

Akinruli (2018) discorre sobre o discurso da falência da Siderúrgica que foi o motivo para o fechamento da empresa, e como é dito por ela “de um dia para o outro” como a própria comunidade relata. Em seu texto a autora chama atenção para a contradição existente no momento em que é declarada a falência da empresa, pelo fato de que no ano anterior (1995), houve a renovação do maquinário, o que identifica novas tecnologias para a produção de ferro e investimentos de capitais. Além de nenhuma demissão ocorrida anteriormente e nem mudanças foram sentidas pelos trabalhadores no aspecto financeiro.

Ao mesmo tempo que a siderúrgica estimula a saída dos trabalhadores das vilas operárias no distrito, observa-se a transferência da massa de processos minerários de uma para outra única empresa – da Votorantim para a Gerdau. E, coincidentemente, esse processo aconteceu no momento em que a Gerdau adquiriu seu primeiro licenciamento ambiental. (AKINRULI, 2018, p. 140).

Isso aponta que já existia uma negociação entre a antiga Siderúrgica Barra Mansa com a Gerdau arquitetada desde o momento que os trabalhadores são impulsionados a sair do distrito para continuidade das atividades mineradoras do local:

A chave da certeza do bom negócio está no processo deflagrado de esvaziamento populacional que já se iniciou em 1996, conforme indicado, e na sequência de falta de investimentos na infraestrutura local mantidos pela inoperância da Prefeitura Municipal de Ouro Preto ao longo das décadas seguintes. Pode-se afirmar, com tais indícios, que a situação de conflito ambiental vivido pela comunidade de Miguel Burnier se iniciou já na década de 1990 com o estímulo ao esvaziamento populacional influenciado pelo conjunto de fatores citados que foi fomentado pelo poder público pela sua negligência em relação às condições de vida da população. (AKINRULI, 2018, p. 140).

O que se entende sobre esse pacto das duas empresas e o que se vê atualmente é que a partir da inserção da Gerdau dentro de Miguel Burnier o local se torna o centro da operação de negócios relacionados ao minério de ferro, a partir da aquisição das terras e dos direitos minerários por parte da empresa anterior, além da aquisição de todos os títulos minerários e manifestos de minas por meio de Contrato de Alienação de Bens e Cessão de Direitos celebrado pela Gerdau Açominas S.A. com a Companhia Paraibunas de Metais, Siderúrgica Barra Mansa S. A., Votorantim Metais Ltda., Votorantim International Holding N.V., em 19 de maio de 2004. (AKINRULI, 2018, p. 140).

E para além do elucidado outro fato conveniente que favoreceu a operação da empresa no local diz respeito a posição estratégica referente a Usina Arthur Bernardes localizada em Ouro Branco-MG que atua transformando minério de ferro em aço conforme a citação abaixo;

E sobre a territorialização da mineradora em questão na localidade, podemos dizer que os estudos ambientais para início de suas atividades datam do início da década de 2000, com a sua implantação datada de 2003. A localização da planta industrial de Miguel Burnier foi considerada estratégica, pois, está localizada a apenas 9 km da Usina Arthur Bernardes, em Ouro Branco, onde são realizados o beneficiamento e a transformação do minério de ferro em aço. (PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2012).

A partir desse processo de aquisição adquirido pela Gerdau referente aos direitos minerários da Votorantim que se consolidou no ano de 2004 que ocasionou na amplitude e extensão das estruturas para a produção de minério de ferro, acarretou em diversos impactos negativos para a comunidade local, ao mesmo tempo em que a empresa expande seus interesses econômicos e investimentos do distrito.

Cada vez maiores são as dimensões das estruturas dos projetos executivos que, licenciados de forma autônoma e isolada em relação à complexidade das necessidades de extração e beneficiamento mineral, acabam por gerar confusões, omissões e dimensionamento inverossímil quanto aos respectivos diagnósticos, impactos, programas e condicionantes. (AKINRULI, 2018, p. 160).

Paulo (2019) disserta sobre os impactos negativos sofridos pela comunidade referente a atividade realizada pela empresa no local; reverbera no local aspectos de poluição sonora, poluição ambiental, trânsito de veículos pesados próximo às casas, o que torna a vida no distrito incômoda e transtornos trazidos aos moradores pelo tráfego de caminhões da empresa. Na figura abaixo, o que Miguel Burnier vem se tornando atualmente.

Figura 3 – Miguel Burnier (entrada)



Fonte: Mendes (2018).

Esses impactos causam o desejo da comunidade em deixar o local devido a decadência social que vem sendo ocasionada oriunda da atividade mineradora no local, somando com a negligência por parte do poder público que não aceitam suas reivindicações de demandas públicas básicas conforme apresentado por Paulo (2019) onde um grupo de moradores procuram o Ministério Público para reivindicar as políticas públicas dessa natureza.

Que a comunidade de Miguel Burnier se sente abandonada e sem acesso à direitos básicos. Que a comunidade conhece as ações de defesa do patrimônio cultural e reconhecem que são relevantes. Mas é fundamental que a realidade social do distrito seja transformada, pois hoje o distrito está definhando aos poucos com pessoas sem verem qualquer melhora de vida.

Que na visão dos presentes, as prioridades para Miguel Burnier são as seguintes: 1) asfaltamento/urbanização das vias da sede do Distrito e asfaltamento da MG-030 (o fluxo de caminhões e carretas da GERDAU é imenso e a poeira levantada é enorme, sendo que o caminhão pipa constantemente encharca a estrada, transformando a estrada em lamaçal); 2) implementação de serviços públicos essenciais, tais como iluminação pública, abastecimento público de água (que atualmente é feito por cada morador, sendo que com chuva não é possível captar água, havendo cerca de 14 casas no entorno da Estação sem água tratada; que a fossa da estação está aberta e precisa receber manutenção), serviço de saúde e acesso a medicamentos no próprio distrito, serviços públicos de lazer (o distrito não tem praça pública equipada); 3) que o transporte coletivo também precisa ser melhorado, já que hoje opera apenas a empresa SARITUR em horários que impedem que a as pessoas morem em MB e trabalhem em outras cidades. Que por exemplo é preciso que tenha um ônibus que passe por MB de manhã e vá para Conselheiro Lafaiete; 4) que seja feito novo estudo da situação da comunidade de Miguel Burnier, pois os moradores do distrito continuam indo embora. Que as pessoas querem sair de Miguel Burnier em razão da vida que levam. Que o distrito está regredindo a cada dia. Que as famílias de Miguel Burnier não têm futuro para seus filhos. Que a população de Miguel Burnier está triste.

Que as crianças não tem onde brincar em Miguel Burnier. Que atualmente vivem no distrito menos de 200 pessoas (MINAS GERAIS, 2016 *apud* PAULO, 2019, p. 100).

O caso de Miguel Burnier se torna emblemático quando refere – se as reivindicações realizadas pelos moradores por meio do poder público, pois em meio a decadência social a qual estão sujeitos os moradores ainda residentes no distrito e os impactos negativos a quais esses estão sujeitos, existe o outro lado a que se refere aos interesses políticos e econômicos resultantes da atividade mineradora dentro do território. Conforme Crespo (2015, p. 200) apresenta:

Atualmente, há a presença da planta industrial da empresa Gerdau na sede distrital de Miguel Burnier, que ainda conta com as presenças da VALE S.A., da CFM – Companhia de Fomentos Minerais, da Magnesita, da Nacional Minérios S.A. (Namisa), e de pequenas empresas vinculadas a produção de carvão vegetal, em sua zona rural. Desta forma, atualmente, este distrito é um dos maiores arrecadadores no município de Ouro Preto, devido às *commodities* geradas pelas mineradoras que lá estão instaladas (CAMPOS *et al.*, 2012 *apud* CRESPO, 2015, p. 200).

Como já dito anteriormente a arrecadação das atividades advindas do distrito de Miguel Burnier para o município de Ouro Preto é de um valor significativo e como apresentado por Akinruli (2018) quando fala da Gerdau e seu vínculo com doações em campanhas nos períodos em que mais adquiriu lucratividade em suas atividades:

Ainda, também é interessante constatar que a Gerdau S. A. desponta no *ranking* de maior aporte de doação de campanha nos anos de 2010 e 2014, situação das candidaturas de governadores, senadores, vice e presidentes do Brasil. A empresa apareceu entre o sexto e o quinto lugar, respectivamente, o que demonstra sua grande influência econômica e política no contexto nacional. É também no ano de 2014 que o Brasil manteve sua posição de nono maior produtor mundial de aço bruto, com uma produção de 33,9 milhões de toneladas, tendo participação de 2,1% no mercado mundial e de 75,0% da produção de aço da América Latina. Também em 2014, a Gerdau manteve como principal origem de suas exportações o Brasil, responsável por mais de 90% do volume total. (AKINRULI, 2018, p. 187).

E destarte a implantação de um novo ciclo de atividades de exploração minerária na localidade, o distrito em questão continua passando pela situação de baixa dinâmica econômica configurada desde o final da década de 1990, uma vez que a totalidade da população não tem como ser aproveitada como mão-de-obra nas atividades locais de mineração, assim como não contam com outras

possibilidades de inserção no quase inexistente mercado de trabalho local. E como resultante de tal processo temos um quadro de êxodo urbano, principalmente, dentre os indivíduos mais jovens da comunidade em questão. (CAMPOS, 2012 *apud* CRESPO, 2015, p. 200).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007 a população do Distrito de Miguel Burnier, (considerando o distrito sede e a parte rural) era de 971 habitantes, sendo que dentre estes, apenas 382 seriam residentes na área urbana do mesmo.

Ante o exposto, quando chegamos à sede do Distrito em questão, deparamos com uma ambiência de “cidade fantasma”, caracterizada por um baixo quantitativo populacional (de acordo com o censo IBGE 2010, o distrito conta com uma população de aproximadamente 382 residentes na área urbana) e sérias deficiências urbanísticas, tais como alterações desordenadas na topografia do terreno, desmatamento da cobertura vegetal, arruamentos irregulares com pavimentação falha, conjuntos dispersos de edificações tecnicamente simples e mal conservados, além de focos de vazios urbanos subutilizados. Há também uma grande deficiência de mobiliário urbano e na oferta de bens e serviços à população, além da grande quantidade de edificações abandonadas e em processo de arruinamento; principalmente, aquelas que compõem o conjunto histórico arquitetônico de Miguel Burnier, legado proveniente de seu histórico de enclave mineiro-industrial, o qual não é oficialmente protegido como patrimônio cultural (CARSALADE *et al.*, 2012 *apud* CRESPO, 2015, p. 202).

No segundo momento de visitação ao local que possibilitou conversa com os moradores da comunidade e, somados aos estudos realizados por Akinruli (2018), Paulo (2019) e Geanne (2012), quando falam da população atualmente, nos deparamos com uma separação entre a comunidade no que diz respeito às atividades mineradoras realizadas no território onde uma parte se impõe a favor da empresa e outra parte contra. Conforme a citação a seguir realizada por Crespo (2015, p. 234).

As opiniões dos moradores do distrito acerca das limitações de acesso a certas áreas não são unânimes. Em conversas informais com indivíduos da comunidade, colhidas por ocasião de nossas visitas, percebemos que estes, em sua maioria, não são contra a implantação

das instalações da Gerdau. Muitos locais percebem em tal empreendimento uma possibilidade de oferta de empregos e crescimento para o distrito em questão. Desta forma, a maioria da comunidade parece não se importar com a descaracterização da ambiência distrital, tampouco com o impacto ambiental gerado pela implantação de uma empresa de mineração tão próxima a seu local de habitação. No entanto, há um grupo diminuto, composto por moradores mais antigos – cujas ideias eram engrossadas por ex-moradores que encontrávamos durante nossas visitas – que se mostrava preocupado com o esvaziamento demográfico de Miguel Burnier, com a perda do seu patrimônio histórico e cultural (mesmo o não reconhecido oficialmente); assim como, com o gradual apagamento das memórias e da identidade territorial deste distrito. (CRESPO, 2015, p. 234).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou apreender o processo de territorialização do distrito de Miguel Burnier que se deu desencadeado pelas instalações de empresas no local para fins de realização de atividades mineradoras como com a construção da estação ferroviária de Miguel Burnier que fomentaram a ocupação do local e que ao decorrer do tempo a mesma atividade que desencadeou a formação do distrito é a mesma que atualmente provoca a decadência sócio espacial do mesmo. Enquanto objetivos específicos o interesse eram a aproximação com a comunidade para que fosse possível observar como a comunidade enxerga aquele espaço social e suas nuances, além das formas de enfrentamento realizados por elas que podem ser observadas através da organização política por meio das associações criadas e as resistências culturais mantidas por elas por meio do Congado local, da Sociedade Musical de Miguel Burnier, o festival cultural que ocorre anualmente no distrito.

Como sinalizado anteriormente na introdução, no que se refere às transformações ocorridas no desenvolvimento dessa pesquisa; a maternidade enquanto minha particularidade pessoal e a pandemia da Covid 19 que transformou a vida de toda a população, não foi possível desenvolver a pesquisa de campo que tinha como finalidade entrevistar a população local. Dessa forma, a pesquisa se desenvolveu por meio de pesquisas bibliográficas que tratam do distrito estudado.

Ao decorrer da pesquisa foi possível perceber o período de opulência e decadência no local, e aqui se refere a ocupação por parte dos moradores que ocuparam este território para atuarem enquanto mão de obra desses empreendimentos que se deu desde o início da exploração mineral até as instalações da Siderúrgica Barra Mansa e posterior a esse momento reverberando até os dias atuais, há o período da decadência social que embrica na desocupação do espaço pelos moradores em detrimento do alastramento da ocupação territorial pela empresa permitindo o aumento das suas atividades.

Para discutir seu processo de territorialização e posteriormente sua decadência social, o estudo sobre espaço social e território sob uma perspectiva crítica se faz importante, pois são conceitos relevantes para compreender a (re) configuração do espaço e das dinâmicas sociais que são transformadas ao

decorrer do tempo e que incidem diretamente no processo de relações sociais, do modo de produção e reprodução.

A produção do espaço é um elemento fundante da vida social e da dinâmica da produção capitalista em sua totalidade e no que tange o debate sobre o território, “vale lembrar que uma categoria ganha sentido conforme é moldada a partir das múltiplas determinações da sociedade” (ABREU, 2015. p. 319).

Sendo assim um espaço concreto da vida social onde se materializam as relações homem/natureza como forma de garantir a sobrevivência humana diante do processo de produção e reprodução da vida.

Do ponto de vista do território onde incide a definição de poder, adquire um papel fundamental para entender as conformações pelas quais o distrito passou desde o início de sua formação compreendendo que a partir das decisões realizadas por parte dos interesses da classe dominante juntamente com os interesses políticos, interfere diretamente nas relações sociais de um determinado espaço. Dessa forma, ressalta o papel que o poder público no que diz respeito ao fortalecimento ao acúmulo do capital favorecendo a sua continuidade e reprodução e também incide diretamente no desenvolvimento desigual no espaço social, entendendo que assegura as condições necessárias para a reprodução do capital em detrimento da preservação do espaço da reprodução da vida.

O espaço social capturado pela lógica do capital, produzido e consumido como mercadoria, expressa-se, ao mesmo tempo, de forma homogênea e fragmentada, separado e ordenado, onde, para uma pequena parcela da população, se apresenta enriquecido de possibilidades, usos e acessos e, para a maioria da população, se impõem o constrangimento e o acesso restrito aos resíduos das periferias residenciais. Com efeito, a formação e a expansão dos centros urbanos constituem-se em sínteses do movimento da sociedade capitalista contemporânea, ou seja, expressam, concomitantemente, a ordem e a desordem global, a acumulação da riqueza e a generalização da miséria, a concentração e as segregações socioeconômica e espacial. (ANDRADE, 2012, p.170).

Dessa forma o espaço é um local de reprodução das relações sociais de produção e de reprodução. Foi possível observar como o espaço social pode contribuir para o acúmulo do capital, ressaltando quando esse espaço se transforma em mercadoria ao mesmo tempo em que desumaniza o homem;

De forma intrínseca a esse processo histórico de produção, ocorrem a desvalorização e a desumanização do homem em favor da supervalorização da mercadoria, cuja propriedade privada cada vez mais concentrada resulta no acúmulo de riquezas e poder de dominação. Nessa lógica argumentativa, identificaram-se o mercado e o espaço enquanto forças modeladoras da sociedade, constituindo-se numa trama articulada que assegura a produção e a reprodução de diferenças profundamente desiguais, contraditórias e alienadas. A divisão social de classe torna-se cada vez mais explícita na ocupação de espaços diferenciados e segregados, resultando na conformação de territórios densos de precariedades sociais, econômicas, políticas e urbanísticas, que abrigam amplos segmentos da classe trabalhadora que acumulam múltiplas espoliações, decorrentes do modelo expropriador do mercado que reproduz o espaço social em sua totalidade, abrangendo a reprodução da vida. (ANDRADE, 2012, p. 170).

Correlacionando ao debate de espaço social e território realizado por meio desse trabalho juntamente com o exposto até então referente a inserção da Gerdau e das outras empresas no distrito, percebemos como a questão do poder, abarcada dentro do conceito de território implica nas relações sociais dentro do espaço de Miguel Burnier. Nota-se “um controle do espaço determinado por meio de interesses privados de grandes empreendimentos industriais, que operam a partir de uma escala geográfica global e interferem em infraestruturas materiais e sociais, no emprego, no orçamento público e na própria imagem do lugar.” (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

O poder dentro do território incide diretamente no processo de produção, de reprodução bem como no processo político. Atualmente o distrito que se conformou enquanto território por meio das instalações de empresas que iniciaram as atividades relacionadas a mineração no distrito, se encontra em decadência social por meio do mesmo. O local passa por diversas transformações e todas desencadeadas pelos interesses dos setores econômicos e industriais que se utilizam do discurso “desenvolvimentista” alinhado com os interesses políticos.

Para a comunidade, em maioria trabalhadores dessas empresas que se instalam, vivem a decadência social de suas tradições, culturas. A sua identidade se esfarela, as expressões da questão social se intensificam em detrimento dos interesses da classe dominante. E, isso reverbera para um futuro não muito distante para o desaparecimento de Miguel Burnier em termos de vida social.

Para debates posteriores indica-se a necessidade de se debruçar em estudos referentes a temática de território, bem como se apropriar da realidade dos sujeitos integrantes como forma de contribuir e dar visibilidade as demandas da população e fortalecer suas resistências que (re)existem enquanto como forma de enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Helena Elpidio. **Território política social e Serviço Social no contexto do social -liberalismo**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

AGUIAR, Caion Meneguello. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

AKINRULI, Luana Carla Martins Campos. **A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental: arqueologia e etnografia da comunidade de Miguel Burnier**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

AKINRULI, Luana Carla Martins Campos. Mapa do Fragmento das cartas da capitania de Minas Gerais, com Indicação do local denominado Rodeadouro. Retirado da tese: **A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental: arqueologia e etnografia da comunidade de Miguel Burnier**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ANDRADE, Iraci de. **Território e assistência social: uma análise do Serviço Social a partir da produção social do espaço**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAGÃO, Sueli Duarte. KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade Social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. Petrópolis: Vozes, 2004.

AZEVEDO, Úrsula Ruchkys. MACHADO, Márcia Magela. CASTRO, Paulo de Tarso Amorim. RENGER, Friedrich, Ewald. BEATO, Décio Antônio Chaves. **Geoparque Quadrilátero Ferrífero: Proposta**. SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da. Geoparques do Brasil: propostas. v. 1. Rio de Janeiro: CRPM, 2012. p. 183-220.

BAETA, Alenice. PILÓ, Henrique. **Miguel Burnier marcas históricas: Ouro Preto**. Belo Horizonte: Gerdau, 2012.

BARBOSA, Jéssica Oliveira. A representação dos fixos e fluxos no circuito superior e circuito inferior na economia brasileira. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2014.

BUSCIOLI, Roberson da Rocha. Resenha do livro "Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial", de Marcelo Lopes de Souza (2013). **ENTRELUGAR**, [S.l.], v. 11, n. 22, p. 351-356, dez. 2020.

CALVI, Kéttini Upp. **Serviço Social e conselhos de política e de direitos: contradições entre o projeto ético político e a condição de assalariamento**. 2007. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

CARVALHO, Rafaela Vargas. **A responsabilidade social empresarial através da categoria profissional: um estudo dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CASTRO, Iná Elias. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA. Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 239-264, jun. 2014.

COLAO, Magda Maria. O Modo de Produção: Categoria do Materialismo Histórico. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 143-169, dez. 2007.

COLAO, Magda Maria. O Modo de Produção: Categoria do Materialismo Histórico. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 143-169, dez. 2007.

CORULLÓN, Mônica Beatriz Galiano; MEDEIROS FILHO, Bamabé. **Voluntariado na Empresa: gestão eficiente da participação cidadã**. São Paulo: Petrópolis, 2002.

CRESPO, Jeanne Cristina Menezes. Das "Minas" e suas Serras: narrativas de construção das paisagens da mineração no Quadrilátero Ferrífero (MG). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

Conselho Federal de Serviço Social. **CEFESS Manifesta: Análise de Conjuntura**. 7 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2016-CfessManifesta-AnaliseConjuntura.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

DIÁRIO de Ouro Preto. **Entre o desenvolvimento econômico e a precariedade social: moradores reivindicam melhorias em Miguel Burnier**. Ouro Preto, 23 out. 2019. Disponível em: <https://www.diariodeouropreto.com.br/entre-o-desenvolvimento-economico-e-a-precariedade-social-moradores-reivindicam-melhorias-em-miguel-burnier/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

FERREIRA, Wharley Christie. Mapa da distância de Miguel Burnier à Ouro Preto-MG. Adaptado do Google Maps. Ano: 2021.

FERREIRA, Wattson Estevão. **Livro didático de Geografia: a relação sociedade natureza nos anos finais do ensino fundamental**. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal, Pontal, 1993.

FONTES, V. **O imperialismo tardio: expropriações, trabalho, política e cultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRACIOSO, Francisco. **Grupo Gerdau: os desafios do novo século**. São Paulo: ESPM/Exame, 2000. Disponível em: https://www.faecpr.edu.br/site/escola_negocios/documentos/grupo-gerdau.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

GUIRALDELLI, R. Trabalho, trabalhadores e questão social na sociabilidade Capitalista. *In: Cadernos de psicologia social*, São Paulo, v. 17, n.1, p. 101-115, 2014.

HARVEY, D. **Condição pós moderna: uma pesquisa sobre as mudanças da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1989.

HARVEY, D. **A experiência do espaço e do tempo**. São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTO, M. V. e Carvalho. R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. BRASIL ANOS 2000: A política social sob regência da financeirização. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 191-211, ago. 2018.

LE VEN, Michel Marie & NEVES, Magda de Almeida. Belo Horizonte: Trabalho e Sindicato, cidade e cidadania (1887 – 1990). *In: DULCI, Otávio Soares & NEVES, Magda de Almeida (Orgs.) Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 77-106.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEITE, Cristina Maria Costa. **O lugar e a construção da identidade**: os significados construídos por professores de geografia do ensino fundamental. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LEMOS, Affonso Henriques de Figueiredo, Padre. Monographia da Freguezia da Cachoeira do Campo (município de Ouro Preto). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, 1908.

LUKÁCS, Georg. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. *The New Hungarian Quarterly*, Reino Unido, v. 16, n. 58, p. 106-108, 1975.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1, Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MEDEIROS, Vanderlei. “Capitalismo segundo Marx”. **Filosofia em destaque**, 2015. Disponível em: <http://www.filosofia-em-destaque.com.br/news/capitalismo-segundo-karl-mar/>. Acesso em: 30 dez. 2020.

MENDES. Rafael Santiago. Foto da entrada de Miguel Burnier. Ano: 2018.

MENEGASSO, Maria Ester. Responsabilidade Social das empresas: um desafio para o Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. 5, p. 63-71, jul./dez.2001.

MENEGAT, E. **Questão social e segregação sócio territorial**: termos indissociáveis da crise do modelo de urbanização ocidental. 2003. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2003.

MERESSI, Fernando Sertã. O sistema mundial e o bloqueio ao desenvolvimento dos países periféricos e semiperiféricos: uma revisão teórica. **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, v. 8, n. 1, p. 28–44, 2018. em: https://www.assecor.org.br/files/9015/2828/6959/o_sistema_mundial_e_o_bloqueio_ao_desenvolvimento_dos_países_periféricos_e_semiperiféricos__uma_revisão_teórica.pdf. Acesso em 24 abr. 2021.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia pequena história crítica**. São Paulo: Anna Blume, 2003.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana da Minas coloniais. *In*: Rezende, Maria de Efigênia Lage de; VILLAALTA, Luís Carlos. **As Minas setecentistas**. v. I. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 55-85.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

NEVES, M. D. A Usina Wigg. *In*: BAETA, A.; PILÓ, H. (Org). **Miguel Burnier Marcas Históricas**. Belo Horizonte: Gerdau, 2012, p. 121-149.

O RETRATO esquecido de Miguel Burnier. Produção de Guilherme Oliveira. Mariana: 2019. 1 arquivo digital, son., color.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Barroco e Rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana**. Brasília, DF: 2010.

OREIRA, R. A GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: o modo de ver e pensar a relação ambiental na Geografia. **Espaço em Revista**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2011.

OURO PRETO. **Dossiê de Tombamento do Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier**. Ouro Preto: Secretaria de Turismo, Prefeitura de Ouro Preto, 2012. Disponível em: <https://www.turismo.ouropreto.mg.gov.br/distrito/42>. Acesso em: 27 set. 2020.

OURO PRETO. **Parecer de Tombamento da Igreja Matriz de São Gonçalo e seu acervo**. Ouro Preto: Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, 2010. Disponível em: https://ouropreto.mg.gov.br/static/arquivos/menus_areas/parecer-de-tombamento-de-membro-do-conselho-matriz-de-s-o-gon-alo-do-amarante-1.pdf?dc=8207. Acesso em: 27 abr. 2021.

OURO PRETO. **Sociedade Musical Santaritense**. Secretaria Municipal de Turismo, 2021. Disponível em: <https://turismo.ouropreto.mg.gov.br/atrativo/1377>. Acesso em: 23 abr. 2021.

PAULA, Tamara Pereira. **Dossiê de Restauro da Residência “Casa Viúva Xavier”**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Tecnólogo em Conservação e Restauro) – Instituto Federal de Minas Gerais, Ouro Preto, 2014.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. Resenha: Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 325-329, 2014.

PFEIFER, Mariana. **Responsabilidade Empresarial Social**: uma inserção do Serviço Social. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PINHO, Frederico Alves. NEIVA, Ismael Krishna de Andrade. **200 anos Fábrica Patriótica: A primeira indústria de ferro do Brasil**. Belo Horizonte, Vale, 2012.

PIRES BRITO, S. B.; BRAGA, I. O.; CUNHA, C. C.; PALÁCIO, M. A. V.; TAKENAMI, I. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia** (Health Surveillance under Debate: Society, Science & Technology) – Visa em Debate, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 54-63, 2020.

PROJETO Estação Cultura de Miguel Burnier. Projeto Estação Cultural de Miguel Burnier. Disponível em: <http://projetoestacao.blogspot.com/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

PROMOTORIA Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico. Nota técnica nº 13/2011. Belo Horizonte: Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, 2011.

REZENDE, Dejanira Ferreira de. **Mineração nos morros das Minas Gerais**: conflitos sociais e o estilo dos pequenos exploradores (1711-1779). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

RIBEIRO, Cristiane Dornellas. **Processo de trabalho e processo de valorização**: extração de mais valia na mineração, Congonhas – MG. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

RUAS, Eponina. **Ouro Preto**: Sua história, seus templos e monumentos. Minas Gerais, 1964.

SANTANA, M. A. O mundo do trabalho em mutação: as reconfigurações e seus impactos. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, v. 3, n. 34, p. 1-22, 2005.

SANTOS, J. C. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Lúcio José dos. **A Inconfidência Mineira**: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Uma ordem espacial**: a economia política do território. O Brasil: Território e sociedade no início do século do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milena da Silva. Nova direita, estado e política social: financeirização do capital. **Revista ser social**, Brasília, v. 21, n. 45, jul./dez. 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: tempo e técnica, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio informacionais. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNA, Nelson Coelho de. **Anuario de Minas Geraes**. Anno I. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906, p. 73.

SINDICATO Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos. Gerdau elevará produção de minério em Minas Gerais. **Sinferbase**, 7 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.sinferbase.com.br/noticias/gerdau-elevara-producao-de-minerio-em-minas-gerais/>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território**: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná *et al.* (Orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77–116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TOYOTISMO. *In*: ALVES, Giovanni. Dicionário Crítico da Mundialização. França: GERM – Groupe d'Études et de Recherche sur les Mondialisations, 2004. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/artigo-giovanni-alves-toyotismo.pdf>. Acesso em 24 abr. 2004.

VASCONCELOS, D. **História Média das Minas Gerais**. São Paulo: Itatiaia, 1948.